

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

ALEXSANDRO DOS REIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E ALTERIDADE: PRÁTICA DE LEITURA
LITERÁRIA ACERCA DA (DES) MARGINALIZAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO**

FREDERICO WESTPHALEN, RS

2023

ALEXSANDRO DOS REIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E ALTERIDADE: PRÁTICA DE LEITURA
LITERÁRIA ACERCA DA (DES) MARGINALIZAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen, RS.

Orientador: Dr. Cesar Riboli

FREDERICO WESTPHALEN, RS

2023

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade:

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões;
URI - Campus de Frederico Westphalen- Rio Grande do Sul,
Rua Assis Brasil, nº. 709, Bairro Itapagé. CEP: 98400-000.

Direção do Campus:

Diretora Geral: Profa. Dra. Elisabete Carutti.

Diretor Acadêmico: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares.

Diretor Admirativo: Prof. Me. Alzenir José de Vargas.

Departamento/Curso:

Chefe do Departamento, coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
em Educação – Mestrado e Doutorado: Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco.

Orientador:

Prof. Dr. Cesar Riboli.

Mestrando:

Alexsandro dos Reis.

Temática:

Políticas Públicas de leitura e alteridade: prática de leitura literária acerca da (des)
marginalização para o Ensino Médio.

ALEXSANDRO DOS REIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E ALTERIDADE: PRÁTICA DE LEITURA
LITERÁRIA ACERCA DA (DES) MARGINALIZAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen, RS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Riboli (orientador)
(Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)

Profa. Dra. Sílvia Regina Canan
(Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS)

R298p Reis, Alexsandro dos
Políticas públicas de leitura e alteridade : prática de leitura literária acerca da (des) marginalização para o Ensino Médio / Alexsandro dos Reis. – 2023.
94 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2023.

Orientador: Dr. Cesar Riboli.

1. Políticas públicas. 2. Leitura literária. 3. BNCC. 4. Marginalização social. 5. Literatura marginal. I. Riboli, Cesar. II. Título.

CDU 37

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim desta etapa que consiste na materialização de uma importante realização pessoal e profissional. A finalização desta pesquisa também coincide com o encerramento de um ciclo que foi percorrido, com todos os desafios que lhe são inerentes, mas também com a compreensão de que, ao longo do trajeto, somaram-se forças advindas de diversas ramificações.

A primeira, de meus pais. Eles seguiram seus caminhos sem a oportunidade de acompanharem esta felicidade que vivo agora. Porém, seria impossível não render gratidão a quem fundamentou meu senso crítico com valores inegociáveis e que foram basilares em minha edificação enquanto sujeito. Foram eles que abriram os primeiros caminhos e sinalizaram que a educação era meu destino.

Dos meus pais, também sou grato pelos familiares, de um modo geral. Forneceram-me conhecimento de fontes distintas e sedimentaram o meu caminhar com a humanidade. A trilha que me proporcionaram percorrer enriqueceu-me sobremaneira.

A força encontrada em meu professor orientador, Dr. César Riboli, reflete uma sorte de vida raramente encontrada, que gentilmente andou ao meu lado. Como um guia, expôs todos os percalços deste trajeto, mas que sabiamente conduziu os trabalhos, fornecendo as ferramentas para que eu chegasse ao meu objetivo. Dentre os instrumentos que fui presenteado, seu conhecimento permitiu com que eu vislumbrasse novas rotas e horizontes. Meu agradecimento se traduz pelo compromisso assumido em continuar transmitindo seu conhecimento através do meu ofício e devendo-lhe os devidos créditos.

Ao longo desta trajetória, alguns desafios comprometeram a permanência de quem corria junto comigo. Porém, esta conquista só toma a devida importância ao olhar, pelo retrovisor, e encontrar nomes como o da professora Dra. Luana Teixeira Porto, que estendeu sua mão para apoiar meu percurso, lá no começo. Sua confiança neste projeto fomentou o desejo pela pesquisa. Com imenso orgulho por ter subsidiado meus passos inicialmente, agradeço com carinho o apoio e incentivos recebidos, mas sobretudo a partilha de saberes.

À beira do caminho, lancei voo. E isto só foi possível pelos empurrões recebidos dos demais professores e pela banca, nas pessoas da professora doutora Silvia Regina Canan e do professor doutor Rodrigo Manoel Dias da Silva, pela leitura atenta

do trabalho e pelas considerações feitas, as quais foram muito pertinentes para a elaboração do trabalho final.

Desta forma, estendo meus agradecimentos por terem apostado em mim e em meu trabalho. Terei como referência, tanto na jornada acadêmica quanto na profissional, nomes de currículos invejáveis e de conhecimento vasto, o que certamente ampliará minhas práticas e pesquisas futuras. Novos caminhos, enfim.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU, à coordenação e à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, preciso expressar também a devida gratidão. Foram, ao longo da maratona, casa para repouso e abrigo de meus sonhos.

Certo de que fui feliz ao longo do período em que me hospedei, terei o imenso orgulho em poder afirmar que fui criado em uma instituição que valorizou minha pesquisa, assim como todas as outras, pois priorizar a ciência é uma tarefa transgressora diante dos tempos que atravessamos.

As amizades construídas neste itinerário foram companhias de viagem que compartilharam momentos únicos, dos bons aos ruins e que, em uma destas felicidades que a vida nos guarda, terei o privilégio de continuar acompanhando as sendas que atravessarão, com a admiração que já lhes devoto desde então. Obrigado por me permitirem acessar suas vidas, pois agora os guardo cultivados em meu coração.

A viagem continuará. Seguirei com todos: na memória, em gratidão e com a fé de que suas presenças nortearão meus próximos passos, pois cada um teve sua contribuição para cruzar a linha de chegada.

RESUMO

Este estudo consiste na análise e no entendimento das políticas públicas voltadas à leitura e o acesso ao livro no Brasil e, a partir disso, estabelecer relações com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que foi editado pelo Ministério da Educação (MEC), o qual consiste em um texto de caráter normativo que define e estabelece um conjunto de diretrizes a serem seguidas pela educação nacional. Diante disso, o trabalho atenta-se na análise das políticas de leitura e do documento BNCC, especificamente, o componente de Língua Portuguesa, a fim de entender como ele estabelece ao campo artístico-literário estratégias e direcionamentos para se trabalhar a literatura marginal nas escolas, na etapa do Ensino Médio. À vista disso, o trabalho apresentará uma proposta de prática de leitura literária, cujos textos selecionados são: o poema “Bicho”, a crônica “Notícia de Jornal” e o diário literário “Quarto de Despejo”. Com esse propósito, a pesquisa realizada é de natureza qualitativa e cunho bibliográfico, na qual encontra-se as contribuições teóricas de Souza (2006), Ball e Mainardes (2011), acerca das Políticas Públicas. No que se refere à Literatura o aporte teórico constrói-se por Candidido (2007), Zilberman (2012), Petit (2009), Creliá (2016), Cosson (2021), Bosi (2002) e Dalcastagnè (2012). Ressalta-se ainda que o texto abarca também como referência a Base Nacional Comum Curricular. Como resultados, a pesquisa evidencia que as políticas públicas de leitura atentam-se em democratizar o acesso ao livro no país, dessa forma contribuir para redução da marginalização no meio educacional brasileiro. Além disso, a pesquisa demonstra ainda, que há um cuidado da BNCC em direcionar habilidades e competências ao campo artístico-literário no que se refere às práticas de leitura literária com exploração de temáticas marginais. Ainda, a prática mediadora de leitura literária exposta no estudo, demonstra como a Literatura pode auxiliar na diminuição da marginalização social e no desenvolvimento da alteridade por parte dos estudantes leitores.

Palavras-chave: Políticas públicas. Práticas de leitura literária. BNCC. Literatura e marginalização social. Alteridade.

ABSTRACT

This study consists in an analysis and an understanding about public policies directed to reading and access to books in Brazil and, in this perspective, to establish relations to the *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, document that is stipulated by the Ministry of Education (MEC), that defines and establishes a bulk of guidelines to be followed by national education. Given this, the work is centered on the analysis of reading policies and the document itself, specifically, on the curricular component of Portuguese, in order to understand how it promotes, in the artistic-literary field, strategies to work with Marginalized Literature at schools in High School. To do so, this work presents a reading practice proposal, in which we choose the following texts: the poem “Bicho”, the chronical “Notícia de jornal” and the literary diary “Quarto de despejo”. In the light of this purpose, this research is a qualitative and bibliographical one, in which we can find theoretical contributions by Souza (2006), Ball and Mainardes (2011), about public policies. On Literature, the theoretical framework is shaped through Candido (2007), Zilberman (2012), Petit (2009), Creliá (2016), Cosson (2021), Bosi (2022), and Dalcastagnè (2012). We emphasize that embraces the *Base Nacional Comum Curricular* as a reference. As results, the research points out that reading public policies aim to democratize the access to books in the country, so it contributes to reduce marginalization in the Brazilian educational environment. Besides that, the research demonstrates that the BNCC is careful in direct skills and competences in the artistic-literary field regarding literary reading practices exploring themes in the context of marginalization. In addition, the literary reading mediation practice exposed in this study demonstrates how Literature can help to diminish social marginalization and to develop a sense of otherness on the part of the readers students.

Keywords: Public policies. Literary reading practices. BNCC. Literature and social marginalization. Otherness.

LISTA DE SIGLAS

- BNCC - Base Nacional Comum Curricular.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático.
- EAD - Educação a distância.
- FW - Frederico Westphalen.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- MEC - Ministério da Educação.
- MG - Estado de Minas Gerais.
- OEI- Organização dos Estados Ibero-americanos.
- PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência.
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
- PNE - Plano Nacional de Educação.
- PNLD - Programa Nacional do Livro de Didático.
- PNLE - Política Nacional de Leitura e Escrita.
- PNLL - Plano Nacional do Livro e da Leitura.
- PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação.
- TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação.
- URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Trabalhos X Programa de Pós-graduação	28
Figura 2 – Sugestão de imagem para o momento 1	81
Quadro 1 - Seleção das Políticas Públicas de Leitura e do Livro	34
Quadro 2 - Organização da análise documental	35
Quadro 3 - Etapas da proposta de leitura literária	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.1 O pesquisador	12
1.2 A constituição do estudo	14
2 ESTADO DO CONHECIMENTO	19
2.1 Construção da temática da pesquisa.....	19
2.2 Definição dos descritores e procedimentos da pesquisa.....	21
2.3 Dos conteúdos e das pesquisas encontradas	22
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	30
3.1 Panorama dos procedimentos.....	30
3.2 Delineamento da pesquisa	32
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E SUAS INTERLOCUÇÕES	37
4.1 Políticas Públicas	37
4.2 Política Nacional do Livro	40
4.3 Políticas de Leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura	42
4.4 A implementação do documento BNCC	45
5 LITERATURA E A FORMAÇÃO HUMANA	49
5.1 A Literatura no processo educativo	49
5.2 A leitura na sociedade e na escola	50
5.3 A literatura e a marginalização social das minorias	52
6 A LITERATURA NA EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	60
6.1 A leitura literária no documento BNCC	60
6.2 A Literatura como oferta da alteridade	71
6.3 Uma proposta de leitura literária: Nas amarras da fome à vida real	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a analisar as políticas públicas de leitura no cenário nacional e sua relação com a formação do sujeito no contexto educacional do Ensino Médio. Nesse caso, busca-se na Base Nacional Comum Curricular, os direcionamentos para o trabalhar a Literatura com temática marginal na sala de aula. À vista disso, o estudo se deu no entorno das políticas setoriais educacionais voltadas para o livro e a leitura e o acesso dos mesmos, a fim de propor uma prática mediadora de leitura com foco no texto literário e com isso, contribuir para a formação de leitor crítico. Diante do estudo feito, apresenta-se ao final como contribuição do mesmo, uma prática de leitura literária, tendo por temática a fome, cujo objeto é proporcionar aos estudantes uma formação leitora nos direcionamentos teóricos do letramento literário.

1.1 O pesquisador

Como professor de Língua Portuguesa, atuante na educação básica nos níveis de ensinos Fundamental e Médio, respectivamente vinculados ao Município de Planalto e Estado do Rio Grande do Sul, pude ao longo desses dois anos de atuação profissional conhecer muitos alunos, várias experiências de vida o que fizeram e fazem orgulhar-me cada vez pela minha profissão. O desejo de novas descobertas através das leituras é notadamente como sendo a base da minha formação, a qual iniciou-se no Ensino Fundamental na Escola Municipal Marília de Dirceu e, o Ensino Médio na Escola Estadual Hermenegildo Vilaça, na cidade de Juiz de Fora (MG).

No período de percurso da Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio, descobri-me um leitor assíduo e curioso e, que procurava através da leitura ser participativo em atividades de teatro e juntamente com os professores, adaptávamos textos de grandes autores, sob finalidade de apresentar pequenas peças com manuseio de bonecos fantoches, além de inúmeras atuações nos eventos que a escola promovia em ação comunitária.

Devido à minha aptidão e ensejo por tudo que tange à leitura e suas ressignificações dentro da sociedade e, principalmente, do processo educacional, sempre me envolvi em projetos pedagógicos e atividades escolares que contemplassem novas inferências sobre o mundo e para ele, a fim de nos trazer novos

olhares e ampliar horizontes. Nesse sentido, em todas as atividades pude contemplar a importância da educação para formação humana.

Após isso, no ano de 2018, como forma de dar continuidade aos meus estudos, ingressei na graduação em Letras - Língua Portuguesa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, UR/FW

Nesse momento, tive a oportunidade de alavancar e colocar em prática todo o meu interesse em adquirir formação para uma melhor atuação na área educacional. Isso foi possível, uma vez que, ao longo da graduação tive o privilégio de ser bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), o que me aproximou do agir docente, trazendo-me experiências e fazendo-me acreditar na educação como um processo de humanização social.

Como bolsista, obtive uma grande experiência do fazer pedagógico, através das variadas atividades desenvolvidas: sarais literários, oficinas de leitura, abraços poéticos, leitura e compreensão textual.

Ainda, durante a minha formação em Letras, vivenciei grandes momentos educacionais, majestosamente aplicados pelos professores da URI e de outras Instituições de Ensino. Através deles, dos seus relatos de experiência, da minha satisfação por estar em sala de aula e da magnitude que é ser docente, especialmente, na contemporaneidade, haja vista todos os obstáculos e desafios aos quais os professores são submetidos, obtive a certeza que a carreira educacional é o caminho pelo qual devo trilhar.

Tendo todas essas atividades como bagagem científica e humana, para a conclusão da graduação e, com o intuito de ingressar no Mestrado em Educação da URI, procurei, no Trabalho de Conclusão de Curso, pesquisar outras teorias e me aprofundar em outras leituras. Logo, desenvolvi o trabalho intitulado: “Existência e Resistência: A visão sobre sujeito marginalizado em enredos de escolas de Samba do Rio De Janeiro”, tendo como orientadora a Doutora Luana Teixeira Porto.

Neste trabalho, apontei, enquanto objetos de estudo, enredos de escolas de samba vistos por temáticas variadas, as múltiplas facetas de um Brasil social. Com esse texto, aprendi/descobri a importância de olharmos com criticidade para esse segmento artístico, uma vez que as composições analisadas demonstram toda a bravura que essas classes oprimidas sofreram ao longo da história.

Por fim, destaco que no ensino básico e na graduação o contato com tantas experiências aguçou em mim o fascínio pela pesquisa, o que me fez ingressar no

Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

O contato direto com o chão escolar já na condição de professor, o convívio com os estudantes em sala de aula, alimentou em mim o intuito de prosseguir com as pesquisas relacionadas às políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas para o acesso ao livro e incentivo à leitura.

No curso, o encontro com novas teorias, novos olhares para uma formação mais humana possibilitaram-me perceber o papel das humanidades na formação do sujeito enquanto cidadão democrático e crítico.

Devido a isso, a presente pesquisa aborda por temática as políticas públicas de leitura e as práticas nelas envolvidas, com foco na formação empática humana no contato com obras literárias, tendo como norte as diretrizes, habilidades e competências decorrentes da educação no Ensino Médio, bem como sua importância para reduzir ou minimizar a marginalização social, pelo acesso ao livro e a leitura.

Assim, a pesquisa ocorre em torno da seguinte indagação: de que maneira as políticas públicas educacionais de leitura contribuem para a minimização da marginalização social a partir da leitura literária com foco nas habilidades e competências da BNCC?

1.2 A constituição do estudo

Ao relacionar educação e literatura, no universo das políticas existentes, especialmente as direcionadas para o Ensino Médio, destaca-se a importância de propiciar práticas que possibilitam ao estudante o acesso ao livro, visto assim, a leitura é uma possibilidade de ampliação dos mais variados contextos sociais existentes, ela mediada pelo profissional possibilitará “que os sujeitos pensem e se posicionem de maneira crítica sobre textos e sistemas literários, o que é crucial para a formação de leitores autônomos - da palavra, e principalmente do mundo” (Dalvi, 2019, p. 226).

Neste caso, portando, a prática da leitura torna-se um elo de ligação entre o refletir individual e o coletivo social, impactando o leitor final, tornando-se dessa forma, uma fonte inesgotável de aprendizados, promover a leitura é conduzir o aluno a pensar sobre os diversos temas que circulam entre os textos literários, visto que “experiências literárias contribuem para a formação de uma sensibilidade e uma educação sentimental” (Petit, 2009, p.119).

A leitura permite inúmeras possibilidades de aprendizagem, seja no campo cultural, seja no histórico, seja no social. Por isso a importância de suas políticas públicas, ao associar o ato de ler ao cenário educacional, é pertinente destacar a importância da arte literária nesse processo pedagógico, já que ela oportuniza ao leitor viver experiências que vão além das páginas lidas, legitimando que a literatura “dota o homem moderno de uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana” (Compagnon, 2009, p. 36).

Os textos literários possuem características próprias, as quais os agrupam em gêneros, podendo ser romances, crônicas, contos, fábulas, poemas entre outros. No entanto, a essência da literatura é muito mais do que sua categorização em gêneros, como afirma Cosson (2021, p. 17): “no exercício da Literatura podemos ser ou ser outros, podemos viver com os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos”.

Portanto, a Literatura se apresenta como uma forma de demonstrar novos mundos e realidades ao sujeito leitor, desenvolvendo a alteridade, a criatividade e o senso crítico, propiciando novas experiências, para além disso “ela nos organiza, nos liberta do caos e, dessa forma, nos humaniza” (Candido, 2011, p.186).

Neste panorama, tendo em vista a importância da leitura para a formação do sujeito, a Literatura torna-se, assim, fundamental nesse processo formativo. Entretanto, grandes são os desafios, já que o desprestígio literário vem se tornando um problema nacional. Sobre isso, Zilberman (2012) afirma que a crise da leitura no Brasil já é antiga e decorre de vários fatores, sendo constatada pela primeira vez em 1970.

Esta crise diz respeito ao fato de os brasileiros terem perdido significativamente o interesse pela leitura, constatação que perdura nos dias atuais, a respeito disso sobre o ensino literário “é oportuno pontuar que o ensino de literatura e a leitura na escola no Brasil historicamente enfrentam problemas que refletem a chamada crise de leitura” (Porto; Porto, 2018, p. 14).

Verificar a existência de uma dificuldade como essa é indiscutivelmente relevante para a formação dos estudantes leitores do Ensino Médio, bem como rever práticas leitoras que não apresentam nenhuma proposição para que esse impasse seja contornado ou, pelo menos, minimizado.

Zilberman (2012), o ensino tradicional vê a leitura como uma forma de atender a meros interesses pragmáticos, com poucas reflexões sobre o ato de ler em si:

Com efeito, é preciso antes refletir sobre o caráter social da leitura, uma vez que esta abriga, às vezes à sua revelia, contradições interiores, responsáveis primeiras pelas dificuldades de implantação de uma política continuada visando a sua difusão e democratização. Mesmo insistindo na qualidade cognitiva e na importância do ato de ler como mediador privilegiado das relações do eu com o mundo, esse ato pode vir a exercer um papel coercitivo quando incorporado, integral, asséptica ou acriticamente, a interesses pragmáticas e indiretos, como são aqueles a que a escola, conforme se disse, acaba servindo, interesses diferentes daqueles que são depositados na leitura [...]. (Zilberman, 2012, p. 20).

Nesta acepção, percebe-se a necessidade de uma tomada de posição acerca da crise da leitura presente no país, bem como uma reflexão sobre a formação de leitores e o ato de ler no Ensino Médio.

A partir disso, elenca-se como uma forma de pensar sobre o caráter social da leitura a temática da marginalização social, a qual é observada em muitos textos literários, principalmente os mais contemporâneos.

Assim, entende-se que as temáticas que exploram temas caros à sociedade são indispensáveis para o exercício da alteridade, cujo conceito, conforme Jodelet (1998), é o produto de um duplo processo no qual as construções sociais entre o sujeito de exclusão, une-se ao mesmo lado de quem o encontra. Portanto, situar-se e colocar-se eticamente na condição daquilo que é do outro, como aponta Hermann (2006 p. 01), a alteridade é considerada como “objeto específico da ética, na medida em que esta trata das relações com o outro”.

Baseando-se na temática estabelecida, o intento é de atender ao objetivo proposto para a pesquisa, pois, ela parte do pressuposto de que é possível discutir diferentes pontos relevantes das políticas de leitura e do livro, tanto para as práticas de leitura literária quanto para as práticas docentes como um todo e sua contribuição para o desenvolvimento das competências e habilidades no Ensino Médio.

Dessa forma, a pesquisa torna-se significativa à medida em que aponta atitudes para desenvolver as práticas de formação leitora, e, também, por apresentar caminhos, alternativas concretas que, se bem mediadas pelo professor poderão ser levadas para a sala de aula e dessa maneira, auxiliar educadores de todo o Brasil.

Do mesmo modo, alia-se ao curso de Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus de Frederico Westphalen ao estar ligado à linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da

Educação”, a qual aborda, entre outros aspectos, os estudos das políticas públicas voltadas para educação nas mais variadas esferas educacionais.

Nesse sentido, relaciona-se à linha mencionada por tratar justamente de políticas voltadas para a Educação. Entende-se, portanto, que o livro e a leitura têm a capacidade de atuar diretamente na construção do conhecimento, na reflexão sobre as questões sociais dos sujeitos, e assim contribui para o processo de formação humana pela educação de leitores no Brasil, auxiliando no desenvolvimento educacional dos discentes.

Dessa forma, um estudo que evidencia a temática que envolve políticas de leitura e do livro, empregadas na educação do Ensino Médio e que aborde as consequências formativas dos jovens estudantes, contribuindo para a redução/minimização da marginalização social pelo desenvolvimento de competências e habilidades determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para com os estudantes do nível médio no que refere-se à capacidade de promover seu aspecto humanizador da vida, dada sua relevância e contribuição formativa do sujeito.

Dito isso, o objetivo geral da pesquisa constitui-se em investigar a partir da compreensão das políticas públicas ligadas ao livro e à leitura utilizadas como prática no Ensino Médio, o seu alcance e sua fragilidade frente a minimização da marginalização social, no desenvolvimento das competências e habilidades para os jovens estudantes nessa etapa educacional.

Com respaldo de tal propósito e, percebida a importância da literatura e do livro na formação humana em seus aspectos relacionados à vida em sociedade, como a relevância dos mesmos no processo educativo, na relação com a marginalização social das minorias, e a partir disso, o estudo especifica-se nos seguintes objetivos:

Identificar as políticas públicas nacionais relacionadas ao setor da educação, notadamente aquelas relacionadas à leitura utilizada no Ensino Médio, alusivas às Política nacional do Livro didático, Política de leitura no Plano Nacional do livro e da leitura e Políticas de leitura para o Ensino Médio contidas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Compreender o conceito marginal em obras literárias e a partir disso, destacar a importância da Literatura no desenvolvimento da alteridade.

Investigar os direcionamentos da BNCC para a Literatura na formação humana dos estudantes, tendo como norte a educação no Ensino Médio, a partir do

desenvolvimento de competências e habilidades determinadas para leitura literária com temáticas marginais na sala de aula.

Para entender em que medida os apontamentos desta investigação afeta a formação educacional do sujeito, o eixo norteador do estudo se dará no propósito de responder às seguintes questões:

Identificar as políticas públicas nacionais existentes e quais são aplicáveis ao Ensino Médio, como também seu alcance para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC.

Compreender o conceito de marginalização especialmente aqueles expressos em obras literárias, para relacioná-los à leitura do texto literário na formação do estudante do Ensino Médio.

Associar as políticas públicas nacionais de literatura destinadas ao Ensino Médio frente às habilidades e competências de leitura literária determinadas pela BNCC.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Este estudo é fruto de uma criteriosa pesquisa no banco de catálogos da agência governamental, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo objetivo é constatar a relevância desta pesquisa para a Educação nacional, dentre os temas e trabalhos desenvolvidos nos programas pós-graduação *stricto sensu*, catalogados no sistema da agência.

2.1 Construção da temática da pesquisa

Entende-se que a Educação é a porta de acesso ao conhecimento, no entanto é preciso considerar se de fato esse caminho é oportunizado de forma igualitária a todos, nesse sentido, destaca-se, portanto, que é preciso um olhar atento para a população que por motivos sociais, encontra-se a margem da sociedade.

A marginalização social no Brasil como apontam estudos estatísticos indicadores como: a pobreza, a gravidez na adolescência, violências raciais e sexuais relacionando crianças e adolescentes, são perceptíveis em meio à sociedade, o que de certo modo intensifica ainda mais a marginalização desses sujeitos.

Ao definir esse grupo de marginalizados, (Oliveira, 2019, p. 03) destaca que “compreendem LGBTs, povos indígenas, quilombolas, pessoas privadas de liberdade, pessoas em situações de rua, pessoas com condições psiquiátricas, deficientes físicos, população rural, profissionais do sexo, dentre outras”, deste modo, as minorias sociais nesse caso, carecem de um olhar atento do Estado para com políticas públicas que visam sobretudo ao menos minimizarem essa desigualdade entre os sujeitos.

Nesse sentido, ao pensarmos a educação como um processo de superação, minimizando problemas sociais, tornando-se assim, uma educação democrática, justamente por possibilitar a imersão de todos e todas sem distinções. Com a qual, o “marginalizado já não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado. Alguém está integrado não quando ilustrado, mas quando se sente aceito pelo grupo e, por meio dele, pela sociedade em seu conjunto” (Saviani, 2012, p. 7).

Nesse caso, surge uma nova pedagogia, que por sua vez, trata o sujeito marginal pelo viés de estar à margem, ou seja, nela ele não é visto como sendo ignorante (ignorar o conhecimento), mas sim, por não ter tido as mesmas condições

de vida, visto assim, percebe-se que a educação e a leitura tornam-se importantes nesse processo de superação.

Em os “Jovens na leitura”, Michèle Petit (2009), descreve uma longa reflexão a partir dos resultados de sua pesquisa, nela a autora transita entre os níveis de leitura, além de considerar a importância do engajamento dos vários setores sociais, em torno da leitura, trazendo, portanto, inúmeras iniciativas em prol do acesso à leitura, nas palavras da autora o ato de ler “tem o poder de despertar em nós regiões que estavam até então adormecidas” (Peti, 2009, p. 7).

No Brasil, a fim de proporcionar melhores condições do acesso democrático, políticas educacionais como o Plano Nacional do Livro e da Leitura o (PNLL), no qual as diretrizes básicas norteiam a democratização do acesso ao livro e a leitura, tanto em bibliotecas quanto nos currículos escolares, tendo por base a necessidade de formação de uma sociedade leitora, bem como possibilitar condições essencialmente decisivas para se promover a inclusão social nos campos sociais e culturais.

Sobre isso, a Base Nacional Comum Curricular, define um conjunto de aprendizagens essenciais para a modalidade da Educação Básica, pensadas pelos preceitos que perpassam pelo Plano Nacional da Educação (PNE), sendo exclusivamente para educação escolar como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atenta-se aqui para o Ensino Médio já que este estudo busca dissertar sobre essa etapa de ensino, o campo artístico-literário para o novo Ensino Médio:

No campo artístico-literário busca-se a ampliação do contato e a análise mais fundamentada de manifestações culturais e artísticas em geral. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da fruição. A análise contextualizada de produções artísticas e dos textos literários, com destaque para os clássicos, intensifica-se no Ensino Médio (Brasil, 2018, p.71).

Atenta-se a esse campo, justamente por se relacionar diretamente com o propósito desta investigação, sendo uma habilidade que estabelece comunicação entre o objetivo do estudo que preconiza a leitura, sobretudo a literatura periférica-marginal para essa etapa de ensino:

A ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas –literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc, (Brasil, 2018, p. 68).

Por fim, destaca-se a habilidade e competência de número quadragésima oitava do componente curricular de Língua Portuguesa destinada ao Ensino Médio, nela é possível estabelecer comunicação com a proposta de estudo, visto que especifica textos de literatura marginal:

(EM13LP48) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura (Brasil, 2018, p. 91).

As pesquisas para o campo educacional emergem das várias áreas do conhecimento, no caso deste estudo, busca-se estabelecer comunicação, entre as políticas públicas voltadas para a Educação no fomento à leitura e conseqüentemente explorar a temática literária da marginalização social, a fim de contribuir para a ampla formação do estudante no Ensino Médio como preconizam as habilidades e competências da BCC.

2.2 Definição dos descritores e procedimentos da pesquisa

A partir da pesquisa realizada, a qual ocorreu do dia 09 de outubro de 2021 ao dia 15 de novembro de 2021 no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foram encontrados dez trabalhos significativos para a temática em estudo. O estudo configura-se relevante na medida em que as pesquisas já catalogadas pela CAPES, não se assemelham com o propósito desta.

Adotou-se como critérios para a seleção dos trabalhos as seguintes análises: a pertinência do assunto, a semelhança entre a temática, a atualidade, a inovação do argumento proposto e a relevância para o descritor pesquisado, uma vez que esses elementos são fundamentais para indicar estudos adequados ao ponto apresentado.

A busca de estudos contemplou pesquisas voltadas para área da educação com a finalidade de aprofundamento da temática junto aos diversos trabalhos já apresentados e catalogados pela CAPES.

A investigação deu-se em torno de seis descritores, sendo estes: “ensino de literatura”, “conto na sala de aula”, “marginalização e literatura”, “prática de leitura literária”, “conto contemporâneo” e “Literatura e ensino médio”, os quais serão detalhados a seguir, foram encontrados trabalhos em quatro dos seis descritores utilizados, sendo que “conto contemporâneo” e “ensino de literatura” foram os descritores nos quais encontrou-se mais trabalhos.

A escolha dos descritores foi feita a partir de expressões que têm afinidade com a temática em estudo, sob a finalidade legitimar a relevância do mesmo como inovador para o campo educacional.

2.3 Dos conteúdos e das pesquisas encontradas

Durante a pesquisa do estado da arte percebeu-se que alguns dos descritores retornaram mais trabalhos do que outros. De modo a elucidar esse estudo apresenta-se a seguir cada um deles, e quantidade de trabalhos encontrados.

No que se refere à busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, destaca-se que, o descritor, “marginalização e literatura”, não retornou nenhum trabalho, o que indica a importância de estudos que versem sobre essa questão.

O próximo descritor, “práticas de leitura literária”, resultou em 20 trabalhos, dos quais apenas dois são relevantes para este estudo. O primeiro deles é o de Tavares (2017), intitulado “Leitura literária na escola: o conto como provocação”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica, da Universidade Federal de Goiás, o texto descreve sobre um projeto de leitura com alunos do ensino fundamental abordando contos que retratam conflitos vivenciados pelos jovens. Aproxima-se desta pesquisa por realizar uma abordagem com o gênero conto, mas também diverge ao focalizá-la no Ensino Fundamental.

O segundo de Cruvinel (2002), “A leitura literária na escola: a palavra como diálogo infinito”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Doutorado em Letras (Estudos Literários), da Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. O estudo busca analisar como a leitura literária se faz presente na escola brasileira, além de apresentar alguns mitos sobre a leitura em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa significativa para a temática em estudo, já que aborda a formação de leitores na escola.

A busca pelo descritor “ensino de literatura”, retornaram 589 trabalhos e, sendo assim, foi necessário refinar a pesquisa, os refinamentos usados foram por estudos apenas do curso de Mestrado em Educação, que resultaram em 35 estudos, e publicações de 2016 a 2021, obtendo 19 resultados. Destes, três são significativos para o trabalho: Silva (2019), Campião (2020) e Carneiro (2020), já que eles apresentam reflexões sobre o ensino de Literatura e a formação de leitores nas escolas, o que contribui para um melhor entendimento de como essa questão é vista no âmbito educacional.

O trabalho de Silva (2019), intitulado “Gênero em *Quatro de despejo*: a Literatura marginal como instrumento didático”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Ouro Preto, aponta diálogos entre uma análise gênero da obra *Quarto de despejo* e de livros didáticos de Língua Portuguesa e, assim, torna-se pertinente à pesquisa pois trata da Literatura Marginal e de abordagens presentes em livros didáticos. No entanto, não sugere práticas mediadoras de leitura sobre a temática como faz este trabalho.

O estudo de Campião (2020), “Motivos para a leitura no Ensino Médio: os desafios do trabalho com literatura”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Campinas, o texto analisa a visão dos alunos acerca da Literatura nas escolas, observando em que medida ela é trabalhada sob um viés humanizador. Aproxima-se a este trabalho à medida em que traz a questão da leitura no Ensino Médio, além de explicitar razões para trabalhá-la no processo de humanização dos sujeitos, nesse caso, como pretende esta pesquisa.

Por fim, o trabalho de Carneiro (2020), “Hora da leitura: mediação e formação de leitores literários”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente), observa como se dá a formação de leitores na escola por meio da hora da leitura enquanto uma estratégia de mediação. Foi considerado um trabalho que convém ser levado em conta, pois, além de tratar da formação de leitores, vê a leitura literária como um meio de desenvolver a sensibilidade humana.

No que diz respeito às áreas do conhecimento dos trabalhos analisados, dividem-se em Letras, Linguística e Artes, Educação e Língua Portuguesa.

A busca por “conto na sala de aula” obteve apenas quatro trabalhos, dos quais dois dialogam com o presente estudo: Moreira Filho (2019) e Guimarães (2020). O primeiro, “O conto na sala de aula do ensino fundamental: uma proposta de letramento

literário”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), indica uma sugestão de letramento literário por meio do gênero conto e com a temática do despertar da sexualidade. Assim, torna-se relevante para a pesquisa pois traz o conto para a escola, embora difira do trabalho ao sugerir uma prática voltada para o Ensino Fundamental e não para o Ensino Médio.

Já o de Guimarães (2020), cujo título é “Leitura do gênero conto na sala de aula: uma proposta de intervenção para letramento literário em turmas de 6º ano do ensino fundamental”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras, da Universidade Estadual Do Sudoeste da Bahia, o trabalho também apresenta uma proposição de intervenção em sala de aula a partir do gênero conto e, da mesma forma que o trabalho mencionado anteriormente, difere da presente pesquisa ao indicar uma prática para o Ensino Fundamental e voltada para outra temática.

O quinto descritor é “conto contemporâneo”, que apresentou 26 trabalhos. Destes, três são significativos para o estudo: Bezerra (2013), Trembl (2010) e Schmidt (2013). O primeiro selecionado, cujo título é “Ficção e escola: estratégias de mediação para formar leitores”, é uma dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte.

Versa sobre estratégias de mediação para a formação de leitores a partir de gêneros textuais diversos. É oportuno para a presente pesquisa uma vez que apresenta uma prática mediadora de leitura, mas o faz com diferentes gêneros e público.

O segundo, “A personagem negra e a identidade cultural e literária em contos brasileiros e angolanos”, sendo também uma dissertação que compara contos contemporâneos da Literatura Brasileira e da Literatura Angolana, foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Literatura e Crítica Literária, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A dissertação analisa a figura da mulher negra e sua construção identitária. Da mesma forma, a presente pesquisa traz a identidade cultural em contos contemporâneos, mas não traça um comparativo entre textos de países diferentes.

Já o terceiro, “A presença de personagens marginais nos contos de Arnaldo Campos”, desenvolvido no Programa Pós-Graduação Mestrado em Letras, da

Universidade Federal do Rio Grande, é uma dissertação que aborda o perfil das personagens marginais em contos contemporâneos do autor Arnaldo Campos e é pertinente para o trabalho em estudo pois retrata figuras marginais em contos selecionados, do mesmo modo que esta pesquisa, embora a autoria dos textos não seja a mesma.

No que tange às áreas do conhecimento desse descritor, subdividem-se em três: Linguística, Letras e Artes, Literatura Brasileira e Linguística.

Ainda, com o descritor “literatura e ensino médio” a pesquisa obteve apenas três resultados, sendo que nenhum deles é conveniente para o estudo, já que tratam de poesia, tecnologias e pedagogia da literatura. Por fim, o descritor “conto e marginalização” não obteve nenhum resultado.

Observa-se, além dos detalhes que envolvem a escolha desses trabalhos, que as áreas do conhecimento das quais eles fazem parte são, majoritariamente, voltadas para os estudos na área de Letras, Linguística e Artes e pouco voltados para a Educação. Nesse sentido, a pesquisa adquire notoriedade ao apontar obras literárias voltadas para o ensino, aliando políticas públicas de leitura, base nacional comum curricular, Literatura na Educação para o Ensino Médio.

No campo das políticas públicas a pesquisa dos trabalhos catalogados, deu-se pelos descritores, “Políticas Públicas” and “Literatura” e “Políticas Públicas” and “Leitura”, nesse caso em específico, visando a associação do tema deste projeto junto aos trabalhos já publicados. Conforme já citado, o primeiro descritor, teve um total de 191 trabalhos, dos quais após o refinamento entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 apresentou um total de 27.

Dentre eles, 03 são relevantes para este estudo, já que versam sobre as políticas públicas de leitura e literatura para o campo educacional, sendo assim, os outros trabalhos se distanciam por apresentarem temáticas diferentes, em outras palavras, eles exploram múltiplas áreas de conhecimento e são pesquisas específicas de alguns municípios.

O primeiro selecionado tem por título, “Políticas e Práticas de leitura: um estudo nas Escolas multisseriadas do Campo no território da Cantuquiriguaçu-Paraná”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Graduação da Universidade Estadual do Centro Oeste. A dissertação da autora, Mônica Trindade Luvisa, discorre sobre as Políticas e Práticas de Leitura da Biblioteca escolar, em escola de Campo no estado do Paraná, na qual traz a perspectiva de leitura para a formação de crianças

leitoras, o estudo insere-se na linha de pesquisa do programa em Políticas Educacionais, História e Organização da Educação e foi defendido em 2019.

O segundo, de Simone Bueno Onieski, intitulado, “Concepção de Alfabetização em documentos que se referem às salas de apoio à aprendizagem de Língua Portuguesa (seed/pr)”, junto ao programa de Pós-graduação estudo da Linguagem, na linha de pesquisa Pluralidade Identidade e Ensino, pela a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2018, temos uma dissertação sobre análise de documentos que amparam a Sala de Apoio à Aprendizagem (Programa SUED/SEED/PR), o estudo verifica os direcionamentos apontados para a superação de dificuldades de aprendizagem em língua materna.

O terceiro trabalho selecionado deste descritor é o de, Enia dos Santos Costa, apresentado no ano 2021, pela Universidade do Estado da Bahia, vinculado à linha de Gestão de Educação e Redes Sociais do Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, o estudo nomeado “Ensino da Literatura na Base Nacional Curricular Comum: Políticas Públicas para a Formação do Currículo no Ensino Médio”, discorre sobre uma análise do ensino literário na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, passando pelas novas diretrizes curriculares como também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Apresenta-se agora, a pesquisa do segundo descritor “Políticas Públicas” and “Leitura”, a qual apresentou um total de 1019 trabalhos catalogados, deste modo aplicou-se o refinamento entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, o que trouxe o número para 90, dos quais quatro estão diretamente ligados com a finalidade deste estudo, convém mencionar que os outros não serão mencionados por não apresentarem ligação direta com o objetivo do projeto.

O primeiro, é o estudo de Ana Carolina Palma Francisco Avila, cujo o título é “Práticas de leitura e formação de jovens leitores no contexto escolar”, sendo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo Ribeirão Preto, sob a linha de pesquisa em Políticas Públicas e Organização do Trabalho Educacional, a dissertação apresenta os limites e as possibilidades do Programa Sala de Leitura para a formação da leitora na escola, a pesquisa contemplou a sala de leitura de uma instituição estadual, situada no município de Ribeirão Preto e inserida junto à Secretaria de Educação do estado de São Paulo.

A segunda dissertação intitulada “Políticas públicas de incentivo à leitura na educação básica: cenários e perspectivas”, de Marta Rejane Trindade de Lima,

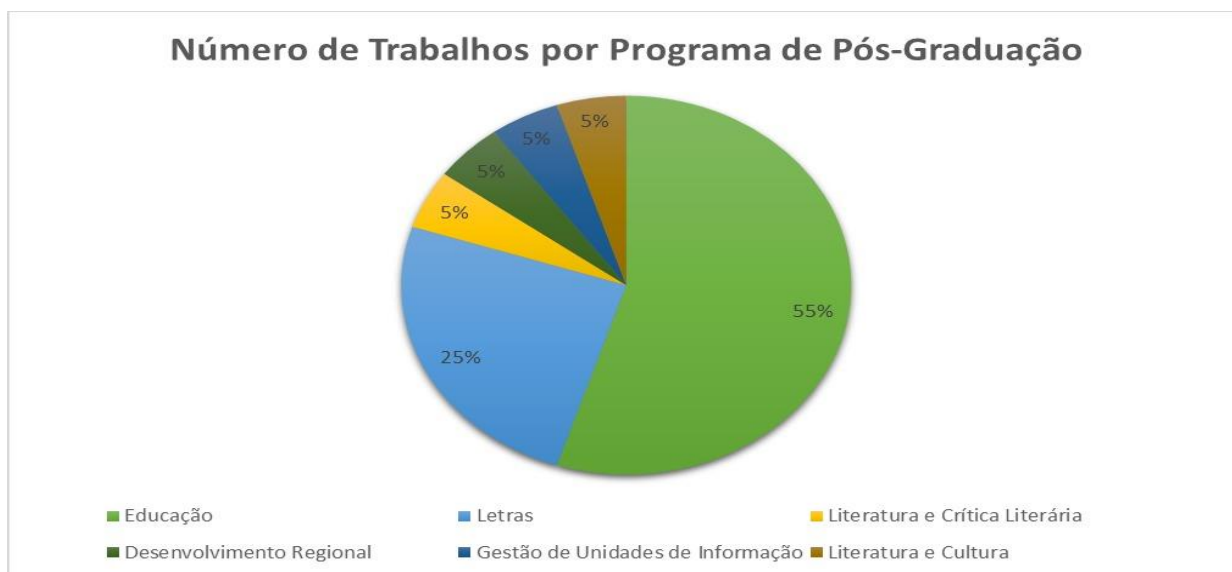
apresentada em 2021 ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Unidade de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina vinculado à linha de pesquisa Informação Memória e Sociedade, elucida e discute o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), traz destaque ao papel importante do mesmo para o desenvolvimento social e cidadão no que se refere à sociedade leitora, a fim de promover a inclusão social dos indivíduos, o estudo de natureza quantitativa foi realizado na rede municipal de ensino da cidade de São Borja, situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul.

De Jeniffer Vitorino da Silva Alves, o terceiro trabalho com o título “BNCC como Política Pública em Educação: competências e habilidades socioemocionais na formação integral dos discentes da educação básica e os desenvolvimentos humano e social”, do ano de 2021, apresentado ao Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, através da linha de pesquisa em Desenvolvimento social e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, o trabalho disserta sobre a competências e habilidades apresentadas na BNCC, para um ensino aprendizagem referente à formação do humano, observando a Constituição Federal (1988), na Lei 9394/1996 (LDB), no Plano Nacional de Ensino (PNE), o estudo apresenta também um olhar para atuação do professor ao observar perspectivas de melhorias para o contexto educacional brasileiro.

O quarto aqui selecionado, foi apresentado em 2019, ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, desenvolvido na linha de pesquisa em Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais, com o qual a autora Thaisa Cristofoleti de Vasconcelos no trabalho nomeado “Literatura e políticas literárias: uma leitura crítica do Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) ”, disserta sobre a importância da Literatura na formação humana, sobre a qual elucida o predomínio de obras canônicas agregadas ao PNBE, o texto traz um olhar crítico sobre a representatividade não contemplada pelo programa, já que as obras ligadas a ele são predominantemente canônicas.

Conforme detalhamento, a figura abaixo, atenta-se em elucidar a compilação dos trabalhos mapeados na construção do estado da arte, na qual encontra-se os mesmos em percentuais por Programa de Pós-graduação.

Figura 1 - Trabalhos X Programa de Pós-graduação



Fonte: elaborado pelo autor.

Acerca do estado do conhecimento, verifica-se a partir da pesquisa detalhada, aqui já descrita que o tema tem sido discutido na formação acadêmica em diversos Programas de Pós-graduação. No entanto, este trabalho, torna-se de grande relevância acadêmica, uma vez que não foi encontrado nenhum trabalho que trate da mesma temática e aborda os objetivos da mesma forma que esta dissertação, além disso, este estudo apresenta ao final, como uma contrição, uma proposta de prática de leitura literária.

A partir disso, elucida-se que a inovação da mesma dar-se-á ainda, por unir políticas públicas voltadas ao exercício de leitura e o acesso ao livro em consonância com o documento BNCC, cujo objetivo é proporcionar uma educação democrática e empática através da leitura contribuindo, portanto, para o desenvolvimento da alteridade por parte dos estudantes

Destaca-se também que, a pesquisa é muito significativa para o autor que, enquanto professor, aprimorará seus conhecimentos sobre o tema, bem como será uma continuidade de pesquisas já realizadas enquanto graduado em Letras - Língua Portuguesa.

Dessa forma, poderá não só contribuir para sua própria formação como também para as práticas de docentes de todo o Brasil, que também poderão levar as obras literárias sugeridas na proposta de prática para sua sala de aula, a fim de

oportunizar o letramento literário dos seus estudantes em consonância com as habilidades de competências estabelecidas pela BNCC.

Para além dessas motivações, considera-se a pesquisa importante para o Mestrado em Educação da URI, já que relaciona Políticas Públicas, Literatura e Ensino na perspectiva de formação do sujeito, sendo, portanto, uma grande contribuição para as redes de ensino nacional, à medida em que traz associações de textos literários voltados para uma prática de ensino de leitura, sobre a qual é possível aplicá-la em todo âmbito escolar, não se restringindo, portanto, a um Município ou a um Estado federativo.

Para mais, vislumbram-se leituras contemporâneas, as quais levam em conta a representatividade social no processo de formação de leitores, principalmente no contexto atual para a formação no Ensino Médio, conforme diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

Ainda, é considerável destacar a aproximação do trabalho com linha 3 deste programa, já que tais leituras proporcionam uma maior compreensão dos sujeitos e de seus contextos, pelo uso das linguagens como modo de ler o mundo e de desenvolver uma perspectiva crítica acerca de variados temas, como a violência, a fome, a representação afro-brasileira e a homo afetividade.

Portanto, a pesquisa apresenta-se como fundamental para o enfrentamento da exclusão e de situações nas quais ocorre a falta dos direitos humanos, ao buscar uma reflexão sobre essas questões tão necessárias dentro das políticas educacionais, como também, em momentos de privação de direitos, como o é a própria Literatura (Candido, 2011), a qual não deve ser esquecida pelo Estado, nas promulgações de políticas públicas educacionais que englobam as escolas na democratização do acesso ao livro e à leitura no Brasil.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Com base no problema da pesquisa, o qual questiona sobre “de que maneira as políticas públicas educacionais de leitura contribuem para a minimização da marginalização social a partir da leitura literária com foco nas habilidades e competências da BNCC?

É considerável salientar o formato que este estudo foi construído. Para isso, adotou-se algumas escolhas técnicas e decisões metodológicas, a fim orientar todo o percurso da pesquisa, portanto, a mesma abarca três níveis metodológicos, sendo eles: procedimentos, análise de conteúdos e tipo de pesquisa

3.1 Panorama dos procedimentos

A pesquisa científica tem por objetivo a aplicação de um conjunto de métodos, os quais buscam legitimar os propósitos do pesquisador, sendo assim pode-se dizer que ela também é utilizada com uma inesgotável fonte de saberes, nesse processo a investigação gera um novo aprendizado, desenvolvendo, colaborando, produzindo e refutando problemáticas relevantes para o coletivo, portanto, é alicerçada na construção de aprendizagem do homem e para o homem.

No percurso do estudo o pesquisador assume o papel de analista, o qual Bardin (2016) define como um arqueólogo que estuda os dados dos fenômenos, a fim de inferir e deduzir conhecimentos, a metáfora utilizada pela autora coloca-o ainda na condição de detetive, justamente por trabalhar os dados evidenciados através do método utilizado na pesquisa e conseqüentemente os saberes preliminares consolidam-se no percurso para compressão do estudo.

Em vista disso, este estudo objetiva uma análise de documentos acerca da leitura no Brasil, trazendo para o debate as políticas públicas que impulsionam o acesso ao livro no país para o desenvolvimento de competências acerca da BNCC, no que se refere à leitura literária no Ensino Médio na relação entre texto e marginalização social.

Para isso, utiliza-se três níveis de metodológicos, sendo: procedimentos, análise de conteúdos e tipo de pesquisa. Ademais, além de classificar a pesquisa,

propõem-se um panorama do percurso até a finalização da dissertação. Assim, como uma contribuição do mesmo, apresenta-se ao final do último capítulo uma proposta de prática leitora com foco no texto literário.

Sobre o procedimento, o estudo se dará por cunho bibliográfico (Gil, 2002, p. 44) mostra que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; em relação a isso, o trabalho tem por referências teses, livros, dissertações, autores e pesquisadores do assunto, e esse levantamento proporciona reunir, analisar e comprovar dados para legitimação do tema, bem como a relevância do trabalho como um todo.

Esse tipo de pesquisa tem por finalidade investigar e levantar com precisão conhecimento disponível na área com qual pretende-se estudar, diante disso a busca “é, o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”. (Köche, 2011, p. 123). Sobre a pesquisa, ainda de acordo com o autor, ela pode ser utilizada para diferentes finalidades.

Essa definição pode se dar por: a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação das hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema (Köche, 2011, p. 124).

Sendo assim, observa-se que conceito da pesquisa bibliográfica é de grande relevância para este estudo, pois nele busca-se um estudo da leitura que visa não somente o ler do estudante, mas, também sua formação junto ao meio social, nos campos das políticas que incorporam-na no incentivo ao acesso ao livro e na democratização do mesmo pelo Brasil.

A fim de destacar a leitura literária tão necessária no que diz respeito ao universo social, fazendo-o assim, se familiarizar com as mazelas vividas por esses perfis narrativos à margem da sociedade.

Nesse panorama de pesquisa, o estudo insere-se como pesquisa pura, justamente por apresentar mecanismos pedagógicos que levam a uma atividade de leitura, acerca disso (Gil, 2002 p.17) mostra que “uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata”, legitimando então o propósito

investigativo deste trabalho que tem por finalidade expor prática de leitura de textos da Literatura contemporânea Brasileira.

Outro ponto que se assemelha com esse tipo de pesquisa, é a apropriação de conceitos de teorias para análise dos objetos literários, pois “permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento”, (Minayo, 1996, p. 52), visando assim “criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido”.

Nesses vieses a pesquisa, ganha aparato teórico e se configura como relevante para cenário educacional brasileiro, uma vez que, poucos são trabalhos catalogados no portal da CAPES com temática semelhante a esta.

O estudo estrutura-se também por natureza qualitativa, ou seja, se desenvolve baseada em dados verbais e visuais para que assim se chegue ao resultado final, portanto “a pesquisa qualitativa observa o fato no meio natural” (André, 1995, p. 17). Ademais, o trabalho se configura em uma análise, no intuito de explorar o texto literário através das questões de fenômenos sociais e do comportamento humano.

Pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura (Significados, 2020).

Então o trabalho trata do subjetivo do homem em sociedade e suas características sociais assim, compreender na sua essência e o meio no qual estão inseridos, fazendo uma conexão de Literatura e Realidade, ao estudo estabelece uma análise comparativa entre os textos, uma vez que neles há marcas de figuras marginais, afinal em suas composições finalidade é tratar o retrato de uma de sujeitos e suas mazelas em meio à sociedade.

3.2 Delineamento da pesquisa

Compreende-se aqui que a seleção dos materiais a serem analisados inserem-se no campo de análise de conteúdo, já que se implica metodologicamente como aplicações de análise ao se estudar documentações e bases de dados, conforme, (Bardin, 2016, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 42).

Neste caso, como o objetivo do estudo é uma investigação sobre as leis que norteiam a Educação brasileira, como a LDB, BNCC e as políticas públicas voltadas para o campo educacional, o conceito se aplica e é indispensável para o produto final deste trabalho.

Ademais, pretende-se contextualizar as referidas análises documentais com a leitura em si, pois o estudo em questão vislumbrará a leitura literária como um recurso pedagógico para Ensino Médio, sobre a análise documental dentro do método de conteúdo.

O percurso final do estudo, atentará em elucidar no quarto capítulo, a partir da limitação das Políticas Públicas em torno desta pesquisa, na qual fala-se sobre a leitura no Ensino Médio e ampara-se no que demanda a lei que norteia a educação básica nacional de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) promulgada pela Lei nº 9394/1996 e diante dela, discorrer sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo esse um documento que norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino, como também as propostas pedagógicas englobando, escola públicas ou privadas nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nas palavras de (Bardin, 2016, p.01), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, portanto, a parte analítica referente ao terceiro capítulo, consiste em estudar os documentos existentes sobre a temática de política educacionais voltadas para leitura e para o livro, diante disso, no quadro abaixo atenta-se em especificar aquelas que foram selecionadas para compor o objeto de análise, as mesmas são esclarecidas com suas respectivas siglas, nomes e objetivos.

Quadro 1 - Seleção das Políticas Públicas de Leitura e do Livro

Siglas	Nome da política pública	Objetivo
PNLD	Programa Nacional do Livro de Didático	Consiste em um Programa do Ministério da Educação, cujo objetivo é avaliar e distribuir livros didáticos, pedagógicos e literários de forma gratuita aos alunos da rede pública de educação.
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura	Iniciativa conjunta do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, sob a finalidade de proporcionar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura.
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita	Trata-se de uma implementação do Ministério da Educação e da Cultura, a fim universalizar o direito no acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após análise das deliberações e, considerando as normas propostas pela Lei de Diretrizes de Bases (LDB) ao propor uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambas tornam-se objeto de estudo também, já que essa última determina as habilidades e competências para a etapa referente ao Ensino Médio.

Assim, a pesquisa sobre os objetos citados, se deu através de consultas em sites oficiais da União, para o estudo das leis, além de documentos normativos promulgados pelo Ministério da Cultura e da Educação, ademais considere-se também, os apontamentos de Souza (2006), Ball e Mainardes (2011), a fim de estruturar teoricamente os objetivos que se pretende no capítulo de número 4.

A literatura e suas conexões com a sociedade, a considerar a colocação de outros estudiosos na composição do referencial teórico, os quais versam sobre literatura e sociedade, literatura e marginalização social, leitura literária, o jovem na literatura e a própria literatura como um direito humano, para isso, os estudos dos temas inserem-se também no método já citado.

Assim, com as contribuições de estudiosos como: Candidido (2007), Zilberman (2012), Petit (2009), Creliá (2016), Cosson (2021), Bosi (2002) e Dalcastagnè (2012), os quais conversam diretamente com o propósito investigativo deste estudo, uma vez que, apresentam em seus textos profundas reflexões acerca da temática com a qual dissertar-se no quinto capítulo.

Há várias maneiras para analisar conteúdos de materiais de pesquisa. Conforme Bardin (2016) na análise de conteúdo, a partir disso, atenta-se agora em elucidar o processo e a organização da análise documental, aqui já mencionada,

contudo, vale esclarecer como ocorreu a delimitação do percurso, que contou com a escolha dos documentos a serem submetidos à análise.

Conforme colocações de Bardin (2016), acerca do estudo de documentos na perspectiva da análise de conteúdo, neste caso considerou-se as três etapas: “1) a pré-análise, 2) a exploração do material, 3) o tratamento dos resultados, a influência e a interpretação” (BARDIN, 2006, p 95), as mesmas seguem explicadas no quadro abaixo, sendo nele nomeadas por momentos, os quais respectivamente referem-se às etapas acima descritas, ou seja, momento 1, momento 2 e momento 3.

Quadro 2 - Organização da análise documental

Momento 1	Momento 2	Momento 3
Sistematização da ideia, a partir do problema de pesquisa, buscou-se pelas políticas e as leis relacionadas à leitura, ao acesso ao livro como também a democratização do mesmo, portanto, um plano de análise, o que resultou na escolha dos documentos a serem analisados, considerando os objetivos finais do estudo.	A partir da sistematização, esta etapa, consistiu em ler e analisar os materiais e os documentos encontrados, o que contou com artigos científicos, livros e e-books, sites oficiais da União, teses e dissertações, por consequência a isso, pode-se codificar e estruturar a próxima etapa.	Atentou-se aqui em sintetizar as informações obtidas, a fim de alcançar argumentos provenientes da leitura atenta dos materiais, nesta etapa considerou-se também os resultados das análises que embasarão teoricamente o estudo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após analisar os documentos e demais materiais, percebeu-se que a leitura e o livro são de fato contemplados nas políticas e, ao considerar suas potencialidades, percebe-se que o acesso ao livro e o fomento à leitura são incontestáveis para fins educacionais, tal como prevê a BNCC.

Acerca disso, no capítulo de número 6, o qual busca confrontar tais programas e leis governamentais, a fim de propor a Literatura como um recurso pedagógico de oferta da alteridade aos estudantes, o que certamente, propicia um grande debate acerca de literatura e realidade, através leitura de obras literárias contemporâneas que serão sugeridas na proposta de prática leitora no referido capítulo.

O trabalho se caracteriza, portanto, na integração entre pesquisa qualitativa e analítica, já que considerou no percurso a utilização do método de Análise de Conteúdo. Assim, a partir da pesquisa, pode-se através dos resultados obtidos estabelecer elos de ligação para sugerir no último capítulo, como uma contribuição do

estudo, uma posposta de prática de leitura literária. A metodologia nela presente foi pensada sob a perceptiva do letramento literário, com a qual busca-se desenvolver habilidades de leitura na construção do leitor sensível, crítico e pensante.

Assim, conforme Bardin (2016), nos reflexos da Análise de Conteúdo e na relação com a linguística por se tratar de um objeto comum, nesse caso, a linguagem e seus significados, já que na análise linguística o estudo atentou-se para a linguagem das obras, o que possibilitou diante das materialidades textuais, compará-las e assim, sugeri-las na proposta de prática leitora. Assim, diante da análise do todo, pode-se constatar que no documento normativo da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), existem diretrizes de leitura literária com temáticas marginais destinadas aos jovens estudantes do Ensino Médio, portanto, com base nessa análise selecionou-se as três obras que sugeridas na proposta de leitura: um poema, uma crônica e um diário literário.

Á vista disso, as mesmas foram criteriosamente selecionadas através das seguintes análises: a linguagem visando uma melhor compreensão textual por parte dos estudantes, o perfil de personagem que recorda figuras ou vivências de sujeitos marginalizados, o enredo, a sequência de ações expressas nos textos com temáticas que se assemelham ao conceito marginal, o espaço onde esses perfis estão imersos e também a especificidade de escrita dos mesmos.

Os textos que compõem a seleção perpassam pelos estigmas sociais, propiciando ao leitor experiências para além das páginas lidas, possibilitando deste modo, uma relação entre a narrativa e a sociedade, pela densidade no que se refere à discussão de problemáticas sociais na relação entre Literatura e realidade.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E SUAS INTERLOCUÇÕES

Este capítulo versar-se-á sobre o conceito de Política Pública e, diante disso estabelecer relações acerca das políticas setoriais educacionais, especificamente sobre aquelas que se relacionam com o livro e a leitura.

4.1 Políticas Públicas

As políticas públicas, configuram-se como conjunto de soluções de problemas que influenciam na coletividade, nessa perspectiva entende-se que esses compilados de ações proporcionam ao cidadão e seu coletivo, melhorias no que se refere aos avanços de um setor favorável à sociedade civil. (Matos; Fernando, 2015), destacam que o termo política e política pública devem estar diretamente atrelado ao poder social, sendo a política um conceito mais amplo e as políticas públicas se relacionam às especificidades de se praticar assuntos ligados ao público, nesse caso o coletivo.

A definição dos termos no dicionário de língua portuguesa explica o substantivo feminino política como: ciência do governo dos povos, direção de orientação administrativa dos estados, portanto a prática de oferecer direcionamentos ou de exercer influência no modo como algo (partido, opinião pública, eleitores), já o conceito de políticas públicas é a concepção institucionalizada para a solução dos problemas públicos que afetam a sociedade.

No que se refere à origem histórica do termo política “a definição clássica foi herdada dos antigos gregos no século 4 a. C, através da obra de Aristóteles política, o conceito de política é derivado do adjetivo originado de *polis* (*politikós*) que significa tudo que se relaciona à cidade” (Matos; Fernando, 2015, p, 02). A partir dessas concepções pode-se entender que a política está diretamente associada a tudo, no que diz respeito à sociedade humana. Ela pode ser entendida também como ações que visam, sobretudo, abranger a população de um modo geral, se tornando então, um conjunto de procedimentos que partem de medidas do Estado para a sociedade, como bem explicado por (Matos; Fernando, 205, p. 04):

[...] o terrorismo, o aquecimento global, a diminuição da diversidade, a imersão social dos imigrantes, a melhoria da qualidade de vida dos idosos, o aumento da inclusão social, entre tantos outros problemas, antes de serem ambientais, sociais ou culturais são essencialmente políticos, pois dependem de decisões tomadas no âmbito dos Estados [...].

Compreende-se que o campo de conhecimento denominado por políticas públicas estrutura-se na regência, na implementação e na avaliação.

Para (Souza, 2006, p. 20) são muitos os fatores que favoreceram a visualização da área de políticas públicas, a autora demonstra três aspectos relacionados a essa visibilidade: o primeiro é a “adoção de políticas restritivas de gasto”, a qual passou a dominar a agenda de grande parte dos países, em especial aos em desenvolvimento, o que gerou a execução de políticas públicas econômicas e sociais fazendo-as notáveis.

O segundo, “é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas¹ do pós-guerra por políticas restritivas de gastos”, em resumo, este modelo passou a vigorar perante um ajuste fiscal que provocou na adoção de cálculos entre a receita e despesa que passou a vigorar a partir dos anos 1980.

Nessa perspectiva, o conceito de políticas keynesianas, constitui-se na concepção de uma política econômica que defende a interferência do Estado na disposição econômica de um país, portanto, a concepção de política aqui mencionada, tem por pensamento que é dever do Estado ofertar condições sociais aos cidadãos de acordo a necessidade de sua população.

O terceiro fator descrito, relaciona-se “aos países em desenvolvimento e democracia recente ou recém democratizados”, na qual estão inseridos países da América Latina, em analogia àqueles que não formularam políticas públicas que estimulem, ou ao menos promova a inclusão social massiva de sua população.

A partir dessas colocações, relacionando-as com o objetivo deste estudo, que busca, entender as políticas públicas voltadas para a educação no cenário brasileiro, como também sua composição no campo educacional, a fim de cotejar suas particularidades, as quais estruturam-se em planejar e implantar medidas voltadas para o processo de educação.

A atualidade é marcada por diversos estudos sobre políticas públicas educacionais, para (Ball; Mainardes, 2011, p. 11) “no Brasil, a pesquisa sobre políticas educacionais vem se configurando como um campo distinto de investigação”. Entretanto, ainda são grandes os desafios, já que alguns desses estudos discorrem

¹ O termo refere-se à doutrina Keynesiana, surgiu nos anos de 1930 do século XX. Período no qual, o Estado agia na economia diante da necessidade de evitar uma redução econômica e com isso, garantir o absoluto emprego.

sobre a desigualdade escolar. Nesse caso, “historicamente marcada por desigualdades educacionais e fracasso escolar, ainda nos deparamos com situações de vulnerabilidade na vida de crianças e jovens brasileiros, uma vez que a pobreza e seus reveses incluem a dificuldade de escolarizar-se” (Mello; Moll, 2020, p. 09).

Os problemas sociais voltados para educação, carece especificamente de políticas públicas que busquem minimizar essa dura realidade que assola a educação brasileira, nesse sentido, entende-se que políticas públicas educacionais são formuladas aí, o que as tornam-se cruciais para impulsionarem o acesso à educação plena, no entanto, é preciso considerar o contexto desnivelado, no qual essa política será implementada.

Assim, (Ball; Mainardes, 2011, p.13), enfatizam que as políticas em especial as educacionais, de um modo geral, são pensadas e estipuladas para um contexto que possui infraestrutura e condições de trabalho adequados, sem considerar a desigualdade de determinadas regiões.

Além de considerar também a circunstância com qual se adotará essa política, visto assim, a concepção de “pesquisas voltadas ao campo educacional dispõe de várias posições, estilos e preocupações posicionadas diferentemente em relação aos processos e métodos da reforma às tradições e práticas das ciências humanas” (Ball, 2011, p. 34), justamente por se preocupar em atingir a população de um modo geral, tornando-se nesse caso, indispensável à sociedade.

É nessa perspectiva, que a compreensão de políticas públicas, podem ser absorvidas através do elo entre o Estado e a sociedade, organizadas sob um agrupamento de conceitos, conforme destaca Riboli (2021, p. 207):

As políticas públicas, em uma dimensão geral, significam o conjunto de ações de natureza estatal que tem como propósito assegurar a efetivação do bem-estar da população, contemplando o interesse público. Elas são as responsáveis pela ligação entre o Estado e a sociedade e decorrem de decisões políticas de governo. Podem ter origem constitucional ou em outras leis. Elas direcionam as ações dos governos, orientando um planejamento e seu desdobramento até a sua efetivação aos beneficiários.

Significam conforme a definição citada, um conjunto de ações do Estado com o objetivo de assegurar o bem-estar de seu povo, sendo responsáveis para dar concretude às ações estatais a seus indivíduos enquanto beneficiários, elas podem ter como natureza jurídica o nascedouro constitucional ou em norma infraconstitucional.

Dada a importância dos professores mediadores no exercício da educação em especial os de leitura, torna-se indispensável que eles estejam em constante qualificação e com isso a importância de políticas educacionais voltadas para essa formação, para que desenvolvam com junto aos estudantes as habilidades e as competências exigidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Neste contexto das políticas públicas educacionais estão presentes as políticas públicas para a formação de professores, as quais são de suma importância para a efetivação dos projetos ligados à educação.

Riboli (2021) aponta que elas emergem da conexão do governo em ação, portanto, o Estado é observado como o pensador de atitudes e atuações em prol da coletividade, as quais podem mudar de acordo com o programa de governo e os objetivos que se pretende alcançar. Sendo assim, vê-se que as políticas públicas são essenciais para o avanço das proposições do governo, e/ou manutenção de propostas já consolidadas para melhorias em favor da população.

4.2 Política Nacional do Livro

A política promulgada pela lei nº 10753, de 30 de outubro de 2003, institui a Política Nacional do Livro, sobre ela o primeiro artigo estipula suas diretrizes, as quais transitam entre assegurar ao cidadão o acesso ao livro no qual ele é colocado como meio principal e insubstituível para difusão de culturas para a transmissão de conhecimento e a formação do intelecto, sob a finalidade de promover através da política o incentivo, o hábito pela leitura por meio da circulação do livro no país.

A referida lei estabelece ainda, no Art. 2º uma distinção do que é considerado livro, seja ele nos formatos físicos ou digitais (e-books), brochura ou encadernado, nesse caso, em um único parágrafo com o qual, atenta-se em esclarecer o conceito de livro através destas oito distinções:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro; II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar; III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas; IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar; V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas; VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte; VII -

livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual; VIII - livros impressos no Sistema Braille (Brasil, 2003)

Em ampla abrangência a lei, incorpora diferentes nomenclaturas, o que de certo modo possibilita o acesso ao livro de forma democrática, já que dentre os citados estão em específico aqueles que permite leitura para pessoas com deficiência visual. A lei especifica no capítulo 3º, que é considerado livro brasileiro todo aquele que fora publicado por editoras localizadas no Brasil, contudo esclarece que independentemente do idioma ou da vinculação no exterior, é preciso que esse livro seja publicado por editoras sediadas em território nacional para ser considerado um livro brasileiro.

O quinto capítulo da lei, oferece no Art. 13º comunicação direta com o propósito deste estudo, o qual atenta-se em detalhar a difusão do livro em território nacional, referindo-se aos projetos de acasos e incentivos da leitura, nas implementações e ampliações dos mesmos por meio do Poder Executivo:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas; II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante: a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas; b) introdução da hora de leitura diária nas escolas; c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares; III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais; IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro; V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional (Brasil, 2003).

Deste modo, a política em questão determina que o livro tenha circulação no meio escolar, seja no processo de alfabetização da leitura pela Literatura ou em períodos de leitura escolar de forma educativa, no entanto para que de fato ela ocorra é preciso sobretudo políticas públicas que garantam um acesso democrático para todos e a todas ao livro e à leitura, no que se refere ao orçamento da proposta é estipulado no Art.16º que, União, Estado, o Distrito Federal e os Municípios incluem em seus orçamentos verbas, e que elas sejam destinadas às bibliotecas para sua manutenção como também aquisição de livros, a fim de atender à população.

4.3 Políticas de Leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura

O Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL), implantado em 2006 no Governo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com parceria entre o Ministério da Educação e da Cultura, cujo objetivo foi a democratização da leitura e o acesso ao livro entre os brasileiros, o projeto consolidou-se em promover a leitura em meio à sociedade brasileira, ela é destacada como indubitavelmente na qualificação da relação de um ser com outros seres. A Lei fora pensada a partir do movimento ibero-americano de 2003, juntamente com chefes de Estado e o Ministro da Cultura.

Gomes e Barleta (2020), discorrem que o PNLL, é uma ação do governo federal, a fim de construir políticas públicas e culturais com base na sociedade, o mesmo fora firmado quando Brasil durante a XIII encontro ibero-americana, na assembleia reuniu chefes de estado e de governo dos vinte e um países organização dos estados ibero-americanos para Educação Ciência e Cultura (OEI).

A partir daí, em agosto de 2006 no exercício de suas atribuições os ministros da Cultura e da Educação, respectivamente nas pessoas dos senhores, Gilberto Passos Gil Moreira e Fernando Haddad conferem através do Art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, levando em conta o subscrito brasileiro na “Declaração de Santa Cruz de La Sierra” da já citada conferência, evidenciam que é desejo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura, portanto em 11 de agosto os referidos ministros publicam no diário oficial através da portaria interministerial nº 1442/2006 e assinada pelos dois, O Plano Nacional de Livro e Leitura, o qual tem por finalidade:

[...] assegurar a democratização do acesso ao livro, fomento e valorização da leitura e fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional (Brasil, 2006)

O plano em parceria entre os ministérios conforme já mencionado objetiva o fomento à leitura conforme os incisos a ele referido estão:

§1º - A implementação do PNLL dar-se-á em regime de mútua cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dela podendo participar sociedades empresariais e organizações da sociedade civil que manifestem interesse em aderir ao Plano.

§2º - Anualmente, os ministros de Estado da Cultura e da Educação estabelecerão, em Portaria conjunta, o Calendário Anual de Atividades e

Eventos do PNLL, incluindo os projetos e ações que deverão ser executados no respectivo exercício (Brasil, 2006)

Visto assim, o plano não se restringe apenas a um setor, ele engloba parcerias entre os governos: Federal, os Estaduais e Municipais, além de possibilitar a participação da sociedade como um todo, como também empresas e organizações que tenham interesse por ele. Entende-se então que, a leitura pode ser impulsionada nos mais diversos campos sociais escolares, familiar, em bibliotecas e rodas de leitura. Para além disso, ela pode contar com financiamento do estado e também de empresas.

Portanto, a leitura pode ser impulsionada nos mais diversos campos sociais escolares, familiares, em bibliotecas, rodas de leitura e para além disso, ela pode contar com financiamento do Estado como também de empresas privadas, a fim de incorporá-los ao programa.

O mesmo é dividido em quatro eixos, sendo estes: o primeiro se refere à democratização do acesso, nesse caso podem ser ações que implementam novas bibliotecas comunitárias, o eixo dois relaciona-se ao fomento à leitura e à formação de mediadores, nele associa-se a formação de professores e bibliotecários e outros profissionais que mediam a leitura no país, o terceiro estrutura-se na valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico.

Atenta-se aqui para programas governamentais, projetos que destacam o grande valor da leitura no processo de formação do sujeito, o quarto e último contempla o desenvolvimento da economia do livro, o qual refere-se aos financiamentos para a circulação do livro.

Entende-se então, que o Plano Nacional do Livro e Leitura, não se configura apenas por uma proposta governamental, ele vai além pois na medida que outros setores o adota, a leitura que é foco do plano, passa, portanto, a assumir finalidades diferentes, para Gomes e Berlata (2020) ela emerge sob as finalidades de uma necessidade de trabalho, como forma de promoção justiça social e como resultado de investimentos, diante disso, destaca-se também a leitura como lazer, já que muitos leitores a consome com essa finalidade.

Nesse ponto de vista, Pereira, Freitas e Segabinazi (2021), constata em seu artigo que políticas de promoção ao livro são consideráveis, pois atendem em larga escala os níveis de ensino público das escolas brasileiras, sejam elas municipais ou estaduais. É nessa abrangência que o Programa Nacional do Livro e do Material

Didático (PNLD) se legitima como política pública, pois através do Ministério da Educação, o programa destina-se em garantir a distribuição de obras didáticas, literárias e pedagógicas de forma gratuita às instituições de ensino público no país, no qual são contemplados os níveis da educação básica.

Acerca do programa, Miranda e Luca (2004), descrevem que nos de 1980, momento em que o Brasil se reconstruiu democraticamente, ações e discussões acanhadas sobre problemas nos livros didáticos, que eram distribuídos no Brasil por parte da Fundação de Assistência ao Estudante, permitiu que em 1985, fosse criado o PNLD. No entanto, é considerável destacar que desde 1937, com a promulgação da lei nº 93, de dezembro de 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro, sendo incumbido a ele:

a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros, d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (Brasil, 1937).

A partir então, no ano seguinte, com a Lei nº 1006, de dezembro de 1938, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a qual constituiu-se como primeira política de controle, produção e circulação do livro didático no Brasil. Contata-se matematicamente que levaram 80 anos para que estabelecesse no país uma política pública que de fato englobasse o sistema educacional nacional.

Nesse contexto histórico, que em agosto de 1985, sob o Decreto nº 91542, é instituído no Brasil o PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, o qual possibilita que materiais cheguem ao ensino básico nacional ao atender escolas públicas.

Desde então, o programa vem sofrendo alterações, como restrições no atendimento do mesmo, conforme demonstra o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Portanto, nos anos de 1992, a distribuição do material era restrita à 4ª série do ensino fundamental, já nos anos de 1997, o programa passa a ser executado pelo FNDE e com isso, ampliou-se o mesmo, já que o Ministério da Educação, passou a ofertar livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público, além disso, a fim de possibilitar a

acessibilidade no ano de 2001, o programa passou a distribuir livros didáticos em braille para atender estudantes com deficiência visual.

Em 2004, o programa incorporou o ensino médio, que passou a distribuir livros de matemática e português para alunos da 1ª série nos estados da região nordeste e norte do país, foi somente em 2006, que o programa foi unificando e passou a atender todas as regiões do Brasil, no ano seguinte além de português e matemática, o programa passou a ofertar também o livro de biologia para os respectivos anos do Ensino Médio.

Atualmente, com a nova legislação de nº 9099 de julho de 2017, o programa passou a incorporar ações em aquisições de acervos literários e materiais didáticos, e com isso, passou a ser nomeado por Programa Nacional do Livro e do Material Didático, articulado sob a finalidade do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como também a distribuição de obras que atendam às áreas do conhecimento, conforme determina a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

4.4 A implementação do documento BNCC

A educação brasileira, no que refere-se a sua organização em nortear os níveis educacionais no Brasil, a qual estrutura-se pela Lei nº 9394/1996, intitulada Lei de Diretrizes e Bases, nela ficam estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional, contudo suas origens deram-se na Assembleia Constituinte de 1934, com a qual destinou, pela primeira vez um capítulo específico acerca da temática, nesse caso, foi estabelecido que a União deveria formular e implementar um plano nacional e uma lei que amparasse a educação.

A partir de então, entre os anos de 1937 e 1945, período conhecido como Estado Novo e com o fechamento do Congresso Nacional, o texto levou exatos 27 anos para ser concluído, no entanto foi no ano de 1961 no governo do então presidente João Goulart, que o documento foi criado, em suma o texto atribui poderes aos órgãos estaduais e intuiu a existência de Conselhos Estaduais e Federais voltados à educação, garantindo, portanto, orçamentos da União e de Municípios para investimentos na área.

O contexto histórico brasileiro foi marcado pelo período de ditadura militar (1964-1985), no qual o Brasil sofreu influências ditatoriais em todos os campos inclusive na educação, através da governança do presidente, Emílio Garrastuzu

Médici, a LDB passou por alterações, das quais o ensino veio a ser nomeado por: 1º Grau e 2º Grau e propondo estas quatro disciplinas obrigatórias: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde.

Após esse período abstruso, o Brasil passa pela redemocratização cujo o marco são as manifestações das Diretas Já, conhecido movimento político popular que objetivava a retomada das eleições diretas para o cargo presidencial do Brasil, à vista disso, o país reestabeleceu a democracia e o estado de direito, e com isso, a LDB é discutida sob a atual Constituição de 1988, esta prestigiosa lei fundamental e suprema do Brasil, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte que garante à nação direitos igualitários a todas e todos sem distinções.

Em consonância com Silva (2016), esse período tornou-se crucial para as políticas de escolarização no país, pois nele incorporaram-se novas diversidades, as quais não eram notáveis nas políticas setoriais e com isso, o advento da política para cultura, portanto, uma pluralização das políticas em prol da exclusão social, direitos esses tão reivindicados no processo de redemocratização e fortalecidos pela constituição do referido ano incluindo classes minoritárias, sujeitos marginais que outrora eram despercebidos pelo Estado.

Nesse contexto, a lei que norteia a educação no Brasil, portanto, é promulgada como atual LDB, validada em 1996 pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso, o texto teve as contribuições do renomado antropólogo e professor Darcy Ribeiro, o que incorporou expressivas mudanças pois, fora embasada no princípio do direito universal à educação previsto na constituinte, dentre as diretrizes básicas estão: a fixação de um Plano Nacional de Educação (PNE) e a gestão democrática do ensino público.

A atual Lei de Diretrizes e Bases, contempla todo o sistema educacional brasileiro, englobando a formatação do ensino como também o financiamento do mesmo, é nessa dimensão que a LDB estabelece conforme o Art. 1º, incisos, 1 e 2, a abrangência da educação no território nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 2018, p. 08)

Visto assim, atenta-se agora ao Art. 2º, o qual especifica que a educação é dever tanto do Estado quanto da família, que ela deve estruturar-se nos princípios de liberdade e ideias de solidariedade humana, sob a finalidade de garantir o desenvolvimento pleno.

Bem como, o preparo do mesmo para o exercício da cidadania e a aptidão para o mercado de trabalho, conforme Art. 3º, o ensino deve ser misturado dentro de 14 princípios, os quais perpassam por igualdade e permanência na escola; igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público.

Na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida e respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Portanto, é nesse conjunto de princípios que a lei determina como sendo dever do Estado para com a educação pública, como também a garantia de um ensino básico obrigatório, a todos e todas entre 4 anos e 17 anos de idade, distribuídos nos níveis de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, esse último pelo fato de ser objeto de estudo da dissertação, será detalhado a partir das diretrizes do mesmo.

O Ensino Médio, como etapa do ensino básico dividido em três anos de instrução, conforme promulgado na Lei de Diretrizes de Bases, o Art. 35 especifica-o como a última etapa da educação básica, o qual estrutura-se nestas três finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores ao aprimoramento do educando como pessoa humana.

Assim, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A fim de nortear o ensino básico a LDB, conforme o mesmo artigo, fixa que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determine os direitos e os objetivos de aprendizagem no ensino, diante das habilidades e competências correspondentes ao nível de ensino, portanto um documento com normas, contendo referências obrigatórias para a elaboração dos currículos escolares e pedagógicos da educação básica tanto no ensino público quanto privado.

Lançada em 2018, teve palco em um momento político muito conturbado no Brasil, visto que o país acabara de sofrer um golpe com o qual culminou na destituição de uma presidente democraticamente eleita pelos brasileiros.

Nesse contexto o então presidente Michel Temer no exercício de suas atribuições, sanciona a Lei (MP) n.º 746/2016 ligada à BNCC, contudo, a promulgação inicial tratava-se de uma Medida Provisória, o que resultou em indagações e rejeições acerca da mesma como discorrem, Koepsel, Garcia e Czernisz (2020, p.02):

Para nós, a MP foi o primeiro ato antidemocrático, cuja continuidade se deu quando o MEC encaminhou a sua versão de BNCC para o Conselho Nacional de Educação (CNE), interrompendo a discussão que vinha sendo travada, e finalizou com a aprovação da atualização das DCNEM.

Assim, vê-se que a lei mencionada foi lançada sem a menor reflexão ou discussão entre os professores da rede básica de ensino e, publicada às pressas sem levar em conta a diferença social existente no Brasil, ela por sua vez foi de fato promulgada em 06 de abril de 2017, a Lei nº 13145 publicada pelo Ministério da Educação, estabelece, portanto, o itinerário do ensino médio dividido em três grandes Áreas do Conhecimento conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, sendo: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas, com essa nova base, os estudantes do Ensino Médio conta a possibilidade estudar no itinerário de sua escolha.

5 LITERATURA E A FORMAÇÃO HUMANA

Este capítulo atenta-se para a Literatura no Brasil, a fim de compreender sua chegada no território nacional a sua concepção de Literatura Contemporânea Marginal. O item tratará também do contato da sociedade com o livro, sejam eles impressos ou digitais, e a partir disso, construir relações entre a importância do texto literário no processo de formação do sujeito.

5.1 A Literatura no processo educativo

No Brasil, a Literatura chega com os portugueses ainda em 1500, o texto em questão, “A Carta de Pero Vaz de Caminha”, escrita da qual o escrivão registrou suas impressões sobre a terra que posteriormente veio a se tornar o Brasil, no entanto nas palavras do crítico literário Antônio Candido (2017), a existência da Literatura no Brasil vai se dá plenamente a partir do triângulo “autor-obra-público”, portanto ela não nasce, mas se configura no decorrer do século XVIII.

Diante das colocações do estudioso, atenta-se em destacar a notabilidade da Literatura em sociedade, já que “a importância literária da sua copiosa obra poética é singularmente levantada por lances interessantíssimos à história dos nossos costumes e da sociedade do seu tempo” (Veríssimo, 1915, p.50), nessa analogia, o conceito entre realidade e Literatura que recai na interdisciplinaridade, ou seja, na relação que se estabelece entre a escrita e o contexto social, portanto o que se lê no texto para fora dele, deste modo ele oferece ao leitor um fio condutor que leva-o a construir relações entre o texto e o real.

Ao estabelecer ligação entre a Literatura e a sala de aula nas colocações de Petit (2009), a combinação entre leitura da cultura escrita é uma condição essencial do sucesso escolar, tornando-se, portanto, a chave de tudo, no entanto na escola a leitura literária não é explorada ou mediada como se deve, pois “na escola, por um longo período, estudou-se literatura como algo exterior, que não é vivido, constatado, sentido”. (Petit, 2009, p. 45), sensibilidade essa que a Literatura propicia ao sujeito, sobre a qual o leitor interpreta o mundo e sua aproximação com o real.

Em “A arte de ler ou como resistir à adversidade”, Michèle Petit, traz um aprofundado estudo acerca da leitura e a mediação da mesma, a pesquisadora pondera que a leitura, principalmente a literária possibilita experiências que

contribuem para a formação de uma sensibilidade e uma educação sentimental da qual, “todo ser humano sente, de modo vital, necessidade de ter à sua disposição espaços onde encontrar mediações ficcionais e simbólicas” (Petit, 2009, p.216).

Nessa dimensão o texto literário, abre visão, caminhos estabelece relações, desenvolve habilidades, sensações e competências, todavia “práticas bem-sucedidas de trabalho com a literatura na escola não podem desconsiderar o texto e o mergulho nele” (Crelia, 2016, p. 218), para que não haja falha nesse processo, ler é preciso um compromisso entre professor e estudante, portanto a prática de leitura precisa ser prazerosa e sem barreiras que impossibilitam a proficiência do ato ler.

Alguns erros são tidos como grande problema no processo de letramento, a falha na leitura é observada pela professora Regina Zilberman (2012), no texto “A leitura e o ensino de leitura no Brasil”, a estudiosa traça um panorama histórico acerca da circulação da mesma em território brasileiro.

Na concepção dela, o consumo de Literatura não se limita somente à escola, outras instâncias devem se preocupar com essa exploração, tal como o poder público e as entidades privadas, nesse caso entende-se a importância de políticas educacionais que viabilizem o acesso ao livro de forma democrática.

5.2 A leitura na sociedade e na escola

A forte transformação digital pela qual passa a sociedade tornou-se mais potente durante a pandemia global recente, em que o isolamento impulsionou a busca por recursos digitais de entretenimento, entre eles os *e-books*. Os livros eletrônicos ganharam um grande espaço entre os leitores, porque oferecem vários facilitadores que os livros manuais não ofertam.

A influência tecnológica é tão colossal que afeta até o sistema educacional de todo o mundo. O que é notado em países de primeiro mundo como o Japão, que vem adotando recursos tecnológicos para melhorar a educação e entre eles está a substituição dos cadernos tradicionais por tablets. E embora no Brasil, que é um país em desenvolvimento, alguns estados já tenham distribuído tablets para alguns alunos, o alcance ainda é pequeno.

Com esse avanço surge um grande questionamento: como as obras impressas sobreviverão? A possibilidade de levar uma biblioteca para qualquer lugar, fazer anotações e marcações, que podem ser removidas a qualquer momento, não ter que

esperar o livro ser entregue, quando comprado on-line. Todos esses fatores são cruciais na hora do leitor eleger sua preferência pelos livros digitais, além do preço, que se torna mais acessível. Contudo, os optantes do outro lado possuem argumentos convincentes de sua escolha também: poder ter autógrafos exclusivos, sentir o cheiro de um livro novo e até mesmo exibi-lo em sua estante ou biblioteca particular.

Embora haja diversas razões para que os *e-books* se sobressaiam sobre os impressos, há questões mais profundas que pedem um olhar cuidadoso sobre as relações entre a leitura e a tecnologia. É importante ressaltar nesse aspecto que o acesso à internet, segundo dados do IBGE de 2021 obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD sobre o módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, atinge 90% dos brasileiros, portanto a leitura de textos e livros virtuais é bem acessível. Todavia, a maneira como as pessoas realizam a interpretação do que leem e o que leem é um obstáculo.

Para Canclini (2013, p.33) “A ‘brecha digital’ não depende apenas do acesso ou não aos livros ou à internet, mas também de ampliar as capacidades das pessoas para integrarem, avaliarem e comunicarem informação”. Os nativos digitais nessa comunidade mundial, como o autor denomina a área da internet, necessitam de agilidade, por isso redes sociais como Twitter e, principalmente, o TikTok tornaram-se populares. Outrossim, é o populismo das chamadas *fanfics* ou *theareds*, histórias ficcionais ou reais curtos, lançadas em capítulos ou parágrafos.

As pessoas adequaram suas mentes para interpretações supérfluas, para prazeres momentâneos, e isso ultrapassa a fronteira do mundo cibernético para as relações interpessoais no mundo real.

Apesar de 90% dos brasileiros terem acesso à internet, isso não significa que todos tenham qualidade de conexão ou que a usem para âmbitos educacionais. E nesse quesito vale destacar que nem mesmo nos educandários há uma rede de internet de qualidade ou equipamentos tecnológicos suficientes para atender a demanda das escolas.

Mesmo que se fale em conciliar educação e tecnologia, dinamizar as aulas e ofertas de cursos em EAD (educação à distância), deve-se lembrar que 10% dos brasileiros não podem fazer parte da “comunidade digital” pois não possuem internet.

Nesse ponto, o que percebe-se é a importância da existência dos livros manuais e bibliotecas físicas. Além de ser mais acessível, permite que o leitor se concentre mais em sua leitura, pois não existem distrações semelhantes à que teriam realizado

a leitura pelo celular, que é o aparelho mais usado para o acesso à internet (dados do IBGE). No livro impresso não aparecem notificações de aplicativos ou mensagens, e ainda que existam opções nos aparelhos celulares para inibir as notificações, a tentação de navegar na rede sempre será maior do que se não estiver com o dispositivo em mãos.

Outro ponto importantíssimo é a forma como a leitura é abordada em sala de aula. Se ela for ofertada digitalmente e não houver o suporte necessário, o sujeito acaba sendo marginalizado. Como já mencionado, muitas escolas não possuem uma internet de qualidade nem computadores para que todos os alunos possam usufruir de maneira igualitária. E o problema aumenta quando essa leitura passa a ser exigida além da sala de aula e o aluno não possui possibilidade de conexão em casa.

Cabe citar que no Brasil a digitalização da leitura de livros é feita pela plataforma digital Elefante Letrado², que tem como objetivo incentivar o hábito de leitura e habilidades de compreensão dos alunos até o sexto ano escolar.

Independente do meio utilizado, a leitura deve ser um hábito. Tê-la presente é essencial para o desenvolvimento de vários aspectos humanos. Ler enriquece o vocabulário, amplia as capacidades cognitivas, melhora a escrita, abastece os argumentos e transporta o leitor para outros mundos e outras culturas, reais ou não. Devido a essa amplitude de possibilidades a rotina de crianças, jovens e adultos deve ser permeada de livros, digitais ou impressos.

Entretanto, em relação à educação, o livro manual, tanto literário quanto didático, deve ser o principal recurso dos professores para que evite a marginalização daqueles que não possuem acesso. Além disso, a rede de conexão escolar brasileira deve adequar-se à demanda para que a introdução da tecnologia em aula seja muito melhor. Mas, enquanto essa adaptação ocorre, as bibliotecas escolares devem estar sempre abastecidas por um vasto acervo para permear as mentes dos estudantes com conhecimento e fantasia.

5.3 A literatura e a marginalização social das minorias

A literatura, por vezes, assume um caráter reflexivo, que parte, para além da ficção, do plano real, preocupando-se com a realidade social à sua volta. No entanto,

² Elefante Letrado é uma plataforma de leitura, que busca incentivar e promover o hábito da leitura em crianças, seu enfoque se dá para a educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

nem sempre foi assim: depois de muitos séculos de uma literatura voltada para a forma, para o estilo e para temáticas que pouco se atentaram à vida real, a partir dos movimentos literários Realismo e Naturalismo no Brasil começa-se a pensar nas mazelas sociais, nos vícios da sociedade e nas minorias, o que já havia se aflorado durante a 3ª geração romântica.

É por meio desses movimentos que as obras literárias refletem sobre assuntos que antes eram impensados, como aponta Bosi (1988, p. 188): “Desnudam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas as causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação) que lhes reduzem muito a área de liberdade”. Assim, os textos literários começam a aliar ficção e realidade de forma a observar o comportamento dos seus personagens, adquirindo objetivos “científicos”.

Essa intenção de repensar a sociedade e dar voz aos oprimidos por meio da Literatura perdurou pelo século XX, no qual a presença da voz do oprimido aparece sob diversas formas. A respeito desses aspectos, Zilberman (1994) aponta para três que tangem à manifestação de elementos populares: personagens à margem provenientes das camadas urbanas, como mendigos, proletários, emigrantes e foras da lei; personagens que representam o povo e, mesmo sem uma classe social específica, estão no nível mais baixo da pirâmide social; personagens mágicos ou místicos, típicos do folclore regional.

Esses personagens garantem a atenção para as questões populares e para a representação de mazelas que, até então, não eram percebidos nos textos literários. Tal exposição serviu para não só dar um espaço a certos grupos marginalizados, como também para evidenciar o descaso com que eram tratados pela sociedade dominante.

Embora tenha uma dimensão estética, o texto literário não se restringe apenas ao belo. Para além disso, sua essência possibilita reflexões não só sobre o tempo e o espaço em que é produzido, mas também os diferentes tempos e espaços em que será recebido.

Desse modo, uma vez que atravessou diversas épocas, configuradas por diferentes formações sociais e modelos econômicos, a literatura passou por transformações em forma e conteúdo para representar essas várias configurações, o que resulta no que conhecemos por periodização literária. Assim, os textos “remetem a contextos sócio-históricos e reproduzem um mundo de opiniões abstratas, ou da

esfera das crenças, figurativizando questões éticas, morais, religiosas, estéticas” (Saraiva, 2009, p. 4).

Por essa razão, se faz cada vez mais necessário discutir as relações entre Literatura e educação. Essa última busca o desenvolvimento dos estudantes por meio do processo de ensino-aprendizagem com a finalidade de potencializar sua capacidade intelectual para fazê-los cidadãos que pensam sobre si mesmos, seus semelhantes e seu ambiente e, a partir disso, relacionam-se consigo, com o outro e com social.

A marginalização social foi uma temática que começou a ser inserida na Literatura brasileira, de modo mais intenso, a partir dos anos 2000, conforme Schöllhammer (2009, p. 98) pontua: “[...] uma literatura que, sem abrir mão da verve comercial, procura refletir os aspectos mais inumanos e marginalizados da sociedade brasileira”. Essa literatura procurou demonstrar as agruras da sociedade brasileira, desde o cárcere às periferias, da fome ao crime, perpassando pelas inúmeras mazelas sociais existentes entre os sujeitos.

Embora o fluxo mais intenso de textos produzidos sob esse viés seja bem recente, a visão do sujeito marginal, conforme Santos (2008), pode ser entendida de três formas e contribuir para diminuir a marginalização social:

- a) a figura aparece num espaço até então inabitado. Se antes do seu surgimento, o “informante nativo” - o pobre marginalizado da literatura brasileira, do resíduo do processo modernizador - era criador por narrativas externas, hoje ele se autoconstrói.
- b) a figura que denota a obliteração do estado-nação brasileiro, principalmente por sua cotidiana ausência na vida desse que é nascido no país.
- c) a figura que denota o fim do estado-nação como conceito posto que ele deixa de ser o referente último estágio do capitalismo que vivenciamos, em última instância por uma época que tem no sujeito marginal um paradigma (Santos, 2008, p. 173-174).

Acerca disso na literatura, esses perfis não se caracterizam como totalmente novos, visto que já foram abordados em textos mais antigos, sendo um exemplo *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado ainda em 1890 e obra integrante do movimento naturalista na literatura. Nesta produção literária, verificam-se personagens com perfis que se assemelham aos acima citados.

A exemplo disso, destaca-se Bertoleza, mulher negra exhaustivamente explorada por João Romão, seu companheiro. Além dela, é relevante salientar que todos os moradores do cortiço evocam uma situação marginal à medida que

demonstram a pobreza e as mazelas de uma precária estalagem da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, período no qual a localidade passava por mudanças urbanas.

Para Bosi (2002), existem duas maneiras de observar a Literatura e sua relação com os sujeitos à margem: o indivíduo marginalizado como objeto da escrita e o indivíduo marginalizado enquanto sujeito do processo simbólico.

No primeiro caso, Bosi (2002) apresenta diversos personagens que demonstram especificidades de cada sujeito que representam, como os personagens criados por Graciliano Ramos e Lima Barreto, que caracterizam figuras bem diferentes, mas ainda à margem. Exemplos dessas figuras são Fabiano, da obra *Vidas secas*, vaqueiro nordestino que vive à margem e sente-se como um animal, e Clara, da obra *Clara dos Anjos*, jovem pobre e mulata que vive no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Embora não pareçam ter nada em comum, os dois personagens caracterizam sujeitos marginalizados: pobres, sem perspectivas de vida e à margem na sociedade. Compreender essa realidade através da leitura literária na formação escolar do Ensino Médio, representa fomentar o desenvolvimento das competências e habilidades na fase formativa.

Já na segunda perspectiva, Bosi (2002) indica como um grande exemplo a obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, cuja narrativa relata toda a mazela vivida na “Favela do Canindé” de 1950. A fome vem como um dos enfoques mais marcantes na obra, a luta pelo que comer se faz presente cotidianamente na vida de Carolina e de seus filhos, a violência doméstica também é tratada na narrativa assim como os conflitos entre os moradores da favela.

Em uma linha parecida, mas divergente em alguns aspectos, Nascimento (2006, p. 54) percebe a classificação da literatura marginal em três searas:

[...] a primeira, que abrange a produção de escritores oriundos de espaços “marginais”; outra, que agrega os textos que exploram como temas a violência, a pobreza, as carências culturais e sociais, o cotidiano dos presídios, etc; e a terceira, que se refere às obras produzidas por contraventores e que narram as vivências de seus autores na criminalidade e nas prisões.

A partir da classificação descrita, é possível confrontá-las com as práticas decorrentes, a fim de associá-las às políticas de livro e de leitura destinadas ao Ensino Médio, onde visualiza-se dois primeiros vieses da literatura marginal: a produção de

escritores à margem e a produção de textos cujas temáticas são vivências dos sujeitos em situação marginal, de modo consequente “o efeito de realidade gerado pela familiaridade com que o leitor reconhece o espaço da obra acaba por naturalizar a ausência ou a figuração estereotipada de mulheres, de negros e de outros estratos marginalizados” (Dalcastagnè, 2012, p.186).

Deste modo, identificar no ensino Literatura o que preconiza as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acerca dessas temáticas é proporcionar uma educação reparadora.

Nesse sentido, Saviani (2012) destaca a educação como um processo de superação, minimizando problemas sociais, se tornando assim, uma educação democrática, justamente por possibilitar a imersão de todos e todas sem distinções:

A educação emerge aí como um instrumento de correção dessas distorções. Constitui, pois, uma forma homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. Sua função coincide, no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade (Saviani, 2012, p. 4).

Visto que a educação se preocupa por essa uniformidade, ou seja, ela oportuniza condições que minimizem problemas sociais, é nessa percepção que a literatura se torna colaboradora no processo de formação do sujeito e na construção de ideais éticos, nas palavras de Candido (2011, p. 177) “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo as possibilidades de vivermos dialeticamente os problemas”, portanto o texto literário possibilita uma ampla visão sobre as adversidades existentes na sociedade, o que proporciona reflexões críticas em relação às mesmas na formação desse sujeito.

No que se refere a isso, um ambiente escolar pesado na concepção de formação social, a literatura assume um papel incontestável, nessa esfera, alguns questões merecem ser discutidas uma vez que, para que ocorra a leitura literária em escolas na concepção de Porto (2014, p. 2), deve-se atentar inicialmente na formação de leitores, todavia é preciso um engajamento do educador, já que a preparação dos discentes deve ser fundamentada em “desenvolver habilidades, compreensão e interpretação de textos nas diferentes esferas do ensino”.

Ao estreitar as relações entre educação e a leitura do texto literário, percebe-se a necessidade do comprometimento por parte do educador, já que a Literatura no

campo educacional sofre um certo desprestígio, seja por parte dos estudantes ou pela inabilidade da condução pedagógica desse professor.

Acerca disso, no texto, “O papel da literatura na escola”, Regina Zilberman (2008), discute alguns pontos sobre leitura literária e o papel da literatura na escola, nas palavras da estudiosa, o exercício da leitura é um ponto de partida para aproximação à literatura e a leitura acontece quando a mente é invocada a trabalhar junto com intelecto. Por consequente a isso, permite entender que nessa troca multa, a leitura em específico a literária estimula a atividade pensante do sujeito.

A importância da literatura no aprendizado e desenvolvimento, é, portanto, inegável, já que a experiência com texto literário contribui também para a construção cognitiva do sujeito, isto é, fortalece a aquisição do conhecimento por parte desse leitor através da linguagem e também contribui para a formação.

Para o coletivo, a respeito disso, Saraiva (2009, p. 3) no texto “A formação do sujeito e a literatura”, descreve que: A complexidade do processo da construção progressiva do sujeito, que só pode ser efetivada por meio da linguagem – veículo da co-participação em uma unidade sistemática de cultura, no âmbito da qual o indivíduo desenvolve a consciência da própria subjetividade e de sua responsabilidade social – justifica a relação entre a formação do sujeito e o lugar da literatura nesse processo.

Apesar do seu caráter imaginário, a arte literária mesmo sendo fictícia não se afasta do real, “a literatura nos transmite uma espécie de conhecimento que ressalta em aprendizado, como se ela fosse um tipo de instrução” (Candido, 2011, p. 179).

Nessa esfera, ela desempenha um papel na formação individual para com a vida em sociedade, ainda nas palavras do autor, literatura possui a função de humanizar o homem, para ele ela se distingue em pelo menos três fases: (1) ela é uma construção de objetos autônomos com estrutura e significados; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e do grupo (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive com incorporação difusa e inconsciente.

Nessa perspectiva, a concepção de que a Literatura tem em seu interior a função de humanizar, e o faz de forma libertária, o texto literário, portanto é sociável e produz ao indivíduo um resultado prático sobre o meio, todavia um ensino que enquadre esse tipo de texto tem ocorrido lentamente ou até mesmo erroneamente.

Visto assim, um ponto relevante quanto a esse processo de leitura está justamente vinculado à seleção dos textos que se pretende trabalhar, Cosson (2021),

discorre acerca disso, para ele, práticas de leitura em sala de aula e a escolha dos textos devem estar rigorosamente ligados. Nesse sentido, como bem explicado por Lajolo (1982), o texto não é pretexto e nem deve ser, ele precisa ser pensado como um fio condutor que oportuniza a comunicação entre dois sujeitos, nesse caso, o escritor e o leitor.

Diante da percepção do pretexto em utilizar um texto, é significativo destacar que, a atuação do professor em mediar práticas leitoras exige no mínimo que ele seja leitor, já que o mesmo assume a figura de intermediário entre o texto e o aluno, sobre isso, Cosson (2021) aponta que, a leitura de certos livros se dá através de sucessivas indicações, ou seja, o educador indica-o aos alunos que posteriormente indicarão aos futuros educandos.

Nessas contínuas sugestões, adentra-se a um fato muito discutido na atualidade, o qual se refere ao predomínio de obras canônicas no meio educacional, em outras palavras, um conjunto de criações literárias clássicas que perpassam por vários tempos, respeitando um padrão, uma estética e sobretudo um elitismo.

No texto “Literatura e educação literária: quando a leitura faz sentido”, Creliá (2016), traz algumas considerações acerca do ensino de literatura na escola, bem como as condições de acesso ao texto literário, nos dizeres da pesquisadora, não se pode pretender apenas o texto canônico como leitura com o qual a juventude tenha aproximação, é preciso servir ao leitor uma literatura comercial ou a específica que explore determinadas realidades e suas culturas.

Enquanto criação artística a literatura retrata de forma ampla a cultura de determinado povo e sua manifestação linguística, fatores essenciais para se explorar, compreender e ressignificar fenômenos sociais nas suas variadas representações, seja étnica, sexual ou racial.

Com relação a isso, Canelo (2018, p. 225) no artigo intitulado “Literatura e cultura”, destaca que: Os estudos literários e culturais têm continuado a exercitar um olhar atento e crítico ao poder, às suas várias representações e às formas como vai informando a linguagem, nomeadamente, na desmontagem de ficções sociais como a raça, o gênero, a nação, as várias fórmulas de domesticação e hierarquização da diferença. Ou ainda, de outra perspectiva, como essas categorias sociais são apropriadas pelos indivíduos e se refletem nas representações discursivas da literatura e da cultura.

Nessa perspectiva, a leitura literária deixa de ser meramente uma sobrecarga na escola, e torna-se uma prática social, ou seja, a literatura no que lhe toca, permite ao leitor enxergar criticamente as representações sociais existentes, o que oportuniza vivenciar experiências pela alteridade.

Conforme Peterson (200, p.13), “a alteridade diz respeito à nossa realidade vivida em todas as suas dimensões: pessoal, literária, institucional, política e ética”, portanto, ela possibilita uma emancipação acerca do olhar das diferenças em meio ao social. Contudo, a importância da leitura em meio social ainda é um problema a ser dialogado.

De acordo com Zilberman (2012, p.9), “os debates sobre a crise de leitura, começados durante a década de 70 do século XX”, os quais desencadearam o fracasso do ensino implantado, pois os jovens estudantes não tinham contato com os livros dispostos para serem lidos.

No que diz respeito ao ensino de Literatura no Brasil, diferentes mudanças acarretaram alterações no ensino literário brasileiro, no entanto para que de fato a leitura literária seja efetivada no meio educacional e social é preciso um engajamento em cadeia no qual encorpam-se políticas de incentivo, o medidor de leitura, as condições e materiais.

6 A LITERATURA NA EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Este capítulo atenta-se em analisar a Literatura na BNCC do Ensino, além discorrer sobre relação da mesma no desenvolvimento da alteridade. E a partir disso, como contribuição do estudo, apresenta-se uma proposta de prática de leitura literária destinada ao Ensino Médio, na qual envolve uma temática ainda muito cara à sociedade, a saber: a fome.

6.1 A leitura literária no documento BNCC

A educação é sempre um grande desafio e por isso, é preciso sempre um cuidado por parte da gestão. Algumas mudanças são instituídas a fim de aprimorá-la, nesse caso, o Ministério da Educação (MEC) no ano de 2018 estipulou uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ou seja, um documento de cunho norteador e normativo abrangendo a educação brasileira, nele consta um conjunto de aprendizagens que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua formação de ensino básico, tal especificação já é detalhada logo no início introdutório do texto:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenha, assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018, p. 07).

O texto, portanto, conta com 600 páginas subdivididas em: introdução, competências gerais, competências específicas de cada uma das áreas do conhecimento, além das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes em cada uma das três etapas de ensino, sendo elas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Neste sentido, a parte da BNCC que se destina à etapa do Ensino Médio estabelece as competências e habilidades de cada área do conhecimento, sendo elas: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas Sociais Aplicadas, somam-se também as competências de cada uma dessas grandes áreas, além de apresentar as habilidades específicas de cada disciplina.

Embora a literatura não apareça especificada como um componente curricular, é possível percebê-la inserida na área das Linguagens e suas Tecnologias que por sua vez, contempla as disciplinas de Arte, Educação Física, Línguas Inglesa e Portuguesa, portanto, ela não configura-se especificamente, em outras palavras, a Literatura é um campo no segmento de Língua Portuguesa, que vem articulada aos campos de atuação social, configurando-se na nova perspectiva demarcada pela BNCC, através das linhas de: campo de vida social, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico midiático e campo de atuação na vida pública.

Na parte inicial do campo artístico-literário, em que a Literatura está inclusa, a BNCC indica uma perspectiva difusa, pois “ busca-se a ampliação do contato e a análise mais fundamentada de manifestações culturais e artísticas em geral” (Brasil, 2018, p. 503), já nessa parte introdutória é possível perceber que o texto literário é acentuado uma arte, como as demais artes, e por consequência disso, deve ser trabalhado em sala de aula como um dialogismo nas práticas de linguagem, nesse sentido, a literatura é posta somente como um tipo linguagem, nesse caso a literária.

Por outro lado, a BNCC destaca que “escrita literária, por sua vez, ainda que não seja o foco central do componente de Língua Portuguesa, também se mostra rica em possibilidades expressivas” Brasil (2018, p. 503), percebe-se, logo que a escrita literária não tem papel central do componente de Língua Portuguesa e mesmo assim, o documento destaca as preciosas possibilidades da Literatura no meio educacional, sem ao menos elucidar as potencialidades do texto literário ou as possíveis possibilidades.

Neste sentido, nota-se que a Literatura está associada a uma prática social no processo educativo, na qual a própria Base, sugere uma gama de objetivos sem considerar as especificidades dos educandos, atentando-se ao gênero do texto, à forma, ao estilo e ao aproveitamento do mesmo.

Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da fruição. A análise contextualizada de produções artísticas e dos textos literários, com destaque para os clássicos, intensifica-se no Ensino Médio. Gêneros e formas diversas de produções vinculadas à apreciação de obras artísticas e produções culturais (resenhas, vlogs e podcasts literários, culturais etc.) ou a formas de apropriação do texto literário, de produções cinematográficas e teatrais e de outras manifestações artísticas (remediações, paródias, estilizações, videominutos, fanfics etc.) continuam a ser considerados associados a habilidades técnicas e estéticas mais refinadas (Brasil, 2018, p. 503).

Diante disso, percebe-se com clareza que os objetivos tratam-se de englobar tradição e inovação, uma vez que alude à Literatura novos formatos textuais, tais como: vlogs, podcasts literários, fanfics, entre outros, cuja finalidade é a de aproximar o conteúdo trabalhado ao universo social, no qual que esse estudante insere-se. Pensar um ensino de literatura nesses moldes, torna-se dubitativo, pois conforme Lajolo (1982) o texto não é nunca será pretexto para se trabalhar a literatura em sala de aula, portanto, a Literatura é proposta como um auxílio para se trabalhar outros gêneros textuais.

Para Cosson (2021), situações como essa corroboram para a falência do Ensino de Literatura, ela, portanto, não é trabalhada para “garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza” (COSSON, 2021, p. 23). Ainda na parte de introdução é importante destacar que, para a área de Linguagens, a BNCC nos apresenta 7 competências, dentre elas apenas a 6ª sugere relação com produções artísticas:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (Brasil, 2018, p. 490).

Dessa forma, vislumbra-se a Literatura de uma forma ampla, com a qual visa somente um diálogo pragmático a respeito das manifestações sejam elas, indenitárias ou culturais, embora pressupusesse o protagonismo de maneira crítica, o texto não estabelece relações e nem meios para que se chegue a esse resultado.

Ao detalhar o campo Artístico-Literário, a BNCC, destaca que o mesmo tem foco principal em oportunizar aos estudantes a ampliação do acervo literário, como também o grau da leitura em consonância com a análise do conjunto discursivo utilizado pelo autor ou autora do texto.

neste campo, trata-se, principalmente, de levar os estudantes a ampliar seu repertório de leituras e selecionar obras significativas para si, conseguindo aprender os níveis de leitura presente nos textos e os discursos de seus autores (Brasil, 2018, p. 513).

Neste sentido, o documento estabelece a relação entre a Literatura e o sujeito de forma concisa, visto que não constrói-se interlocuções com o poder formativo

humanizador que a mesma possibilita, contudo, vale discorrer que no texto a Literatura é associada à formação crítica do estudante, porém não define essas possibilidades formativas, já que no mesmo parágrafo textual, a Base atenta-se especialmente na utilização do texto no seu aproveitamento macro, ou seja, novamente percebe-se que não há essa relação Literatura na formação do leitor literário e do sujeito enquanto cidadão democrático, crítico e auteritário.

Ao engajar-se mais criticamente, os jovens podem atualizar os sentidos das obras, possibilitando compartilhá-las em redes sociais, na escola e em diálogos com colegas e amigos. Trata-se, portanto, além da apropriação para si, de desfrutar também dos modos de execução das obras, que ocorre com a ajuda de procedimentos de análise linguística e semiótica (Brasil, 2018, p. 513).

Assim, é possível perceber que a Literatura no Ensino Médio é sugerida como um suporte que auxilia na consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida desse estudante, nesse sentido, conforme Cosson (2021), o ensino de Literatura nesta etapa de ensino, limita-se em dados, formas, que acampam-se a um roteiro meramente tradicional.

Outro ponto que se destaca, relaciona-se um ensino literário voltado para tradição literária, ou seja, aquele que contempla obras canônicas, a fim de conhecer textos de épocas distintas, nesse sentido, o documento volta-se para forma tradicional que muitas vezes se ensina a Literatura, enquadrando-a em escolas literárias com características cronológicas da escrita.

Sobre isso, Cosson (2021, p. 21) descreve “No ensino médio, o ensino de literatura limita-se à literatura brasileira, ou melhor à história da literatura brasileira, usando sua forma mais indigente”. Perante o exposto, nota-se que a Literatura não do Ensino Médio é apenas ensinada respeitando esses padrões de tradicionalismo no ensino.

Assim, a BNCC também apresenta os parâmetros para a organização e progressão curricular, a fim de auxiliar os professores no fazer pedagógico e com isso, contribuir no desenvolvimento de suas práticas de leitura, após análise do material é possível perceber que, se dividem em seis parâmetros, dos quais apenas cinco serão expostos a seguir, visto que o outro se distancia do propósito desta pesquisa.

O primeiro deles se refere a uma ampliação das obras clássicas trabalhadas, tanto da literatura brasileira quanto da literatura estrangeira, considerando textos mais

complexos. Já o segundo concerne em realizar comparações e diálogos entre gêneros literários, culturas e temas, a fim de oportunizar a comparação entre tais textos.

O terceiro se atenta em propor o abarcamento de obras de período pré-histórico, para que deste modo, os estudantes, relacionem as dimensões dos períodos que foi escrito.

No terceiro parâmetro, no qual propõe a leitura de obras brasileiras, além de sugerir a contextualização delas para o entendimento do todo. Por fim, o quarto diz respeito à criação literária em outros âmbitos, como os digitais, contemplando ferramentas além da caneta e do papel, o que pode provocar mudanças intencionais nas peculiaridades de cada gênero literário e ocasionar outros efeitos de sentido, os quais também podem ser importantes para o fazer literário.

Dentre os parâmetros, pode-se constatar que a Base Nacional Comum Curricular, estabelece relação entre a tradição e a inovação, sobretudo ao sugerir a ampliação do repertório clássico, abarcando obras nas escalas nacional e estrangeira, em diferentes períodos históricos.

No que tange às habilidades do campo artístico-literário proposto pela BNCC, analisar-se-á, aqui, se de fato condizem ou não com uma proposta de educação literária inovadora, de cunho crítico e humanizador. Portanto, a primeira habilidade aqui analisada é a de número 45, a qual trata da leitura efetiva de textos literários, cujo propósito é motivar visões mais críticas acerca das obras.

Tal habilidade vai ao encontro do que busca-se neste trabalho, uma vez que considera os aspectos culturais e críticos presentes em textos literários, além da capacidade de compartilhamento de sentidos construídos pela leitura, a saber:

(EM13LP45) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica (Brasil, 2018, p. 515).

A segunda de número 46, trata-se das possibilidades de reprodução a partir da leitura nos mais variados eventos de convívio social como também a participação dos educandos em eventos variados, dentre eles estão: sarais feiras culturais literárias, rodas e clubes de leitura, nesse sentido, entende-se que tal sugestão enquadra-se mais por uma recomendação a uma habilidade conforme pretende o documento:

(EM13LP46) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentos, slams etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, videominutos, playlists comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo (Brasil, 2018, p.515).

A terceira habilidade do campo, discorre sobre a assimilação do texto no processo de escrita em território brasileiro, perpassando por sua constituição e indo ao encontro mais uma vez da literatura canônica, portanto, temos novamente, um ensino de literatura que se prende ao tradicionalismo e à historicidade:

(EM13LP47) Analisar assimilações e rupturas no processo de constituição da literatura brasileira e ao longo de sua trajetória, por meio da leitura e análise de obras fundamentais do cânone ocidental, em especial da literatura portuguesa, para perceber a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos (Brasil, 2017, p. 515).

A de número quatro, atenta-se tanto para a estrutura quanto para as características do texto, especificamente nesse caso aos diferentes tipos de gênero, deste modo, percebe-se que nessa habilidade da base os gêneros são relacionados e limitados a esse tipo de abordagem que por sua vez, torna o ensino literário reduzido.

(EM13LP48) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura (Brasil, 2018, p. 505).

A quinta das habilidades do campo artístico-literário, trata-se da análise da Literatura, cujo objetivo é a percepção das formas de constituição e o dialogismo dela entre as artes de um modo geral.

(EM13LP49) Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam (Brasil, 2018, p. 515).

A sexta tem por norte a seleção de obras, na qual o objetivo é de que os jovens estudantes do Ensino Médio pelas suas escolhas construam um repertório de leitura, a fim de se apropriar e com isso, posicionar-se de forma autônoma e crítica no meio cultural.

(EM13LP50) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções, de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural.

A sétima preocupa-se em sugerir a análise de obras consideráveis tanto a nível nacional e de outros países, dando evidência ao produto literário que traz temáticas étnicas, para que diante disso, o estudante possa construir com o auxílio da crítica literária suas arguições

(EM13LP51) Analisar obras significativas da literatura brasileira e da literatura de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos), considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como elas dialogam com o presente (Brasil, 2018, p. 516).

Já a oitava, trata da produção de apresentações e comentários acerca de livros, filmes, discos e outros gêneros discursivos, a habilidade sugere ainda a produção de resenhas.

(EM13LP52) Produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, espetáculos de teatro e dança, exposições etc. (resenhas, vlogs e podcasts literários e artísticos, playlists comentadas, fanzines, e-zines etc.)

A última habilidade, atenta-se para a criação de obras autorais, para isso, a BNCC sugere que se abarque diferentes gêneros a partir do repertório artístico do estudante

(EM13LP53) Criar obras autorais, em diferentes gêneros e mídias – mediante seleção e apropriação de recursos textuais e expressivos do repertório artístico –, e/ou produções derivadas (paródias, estilizações, fanfics, fanclipes etc.), como forma de dialogar crítica e/ou subjetivamente com o texto literário (Brasil, 2018, p. 516).

Após análise é possível concluir que o texto elaborado por renomados estudiosos da área educacional e, estabelecido pelo Ministério da Educação como um documento normativo para a educação nacional, nos três níveis de ensino, busca inserir a

literatura no Ensino Médio com práticas contemporâneas, visto que ao longo do texto, a Base abarca outros gêneros que de certa forma fazem parte do universo midiático dos estudantes, nesse sentido, pode-se destacar que o texto literário torna-se tão somente um elo que conduz à prática leitora.

Dessa forma, é preciso repensar tais práticas para se chegar ao letramento literário por parte dos estudantes. Ao longo do texto, a palavra *fruição* aparece constantemente, “está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da *fruição*” (Brasil, 2018, p.503), entende-se que essa reiteração do termo tem por finalidade reforçar a leitura como um processo, sem considerar suas contribuições para a formação do sujeito, crítico e empático. Nesse sentido, conforme Cosson:

Ser leitor de literatura na escola é mais que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou ratificando valores culturais, elaborando e expandindo sentido (Cosson, 2021, p.120).

Percebe-se, assim que a Base Nacional Comum Curricular, atenta-se para leitura como uma disciplina a ser estudada explorando suas características estéticas, históricas, cronológicas e o sentido do texto. O documento atenta-se para a leitura ou escrita marginal, no entanto vale destacar que ao longo de todo texto, o termo é mencionado apenas três vezes.

Assim, na primeira menção, a Base destaca no item que diante da dimensão cultural do Brasil e da diferença social do país, é preciso que se planeje a Educação sob a finalidade de proporcionar a equidade e a superação das enormes desigualdades entre os grupos de estudantes, definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias:

um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes (Brasil, 2018, p. 15).

A segunda vez que o termo é mencionado, aparece na explicação do componente Língua Portuguesa, determinando, portanto, que dentre as progressões

de aprendizagens, deve-se possibilitar a ampliação do repertório cultural ao abranger expressões diversificadas existentes nas e múltiplas produções literárias:

a ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas –literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc.– e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, games etc. (Brasil, 2018, p. 492).

Já a terceira, é percebida na habilidade de número 48, aqui já mencionada, a qual atenta-se para a análise estrutural do texto, no reconhecimento de suas peculiaridades dentre os estilos e gêneros literários, a fim de vivenciar a experiência do mundo pela Literatura.

É evidente que, na etapa do Ensino Médio, uma Literatura que abranja temas caros à sociedade deve estar em evidência, mas não é o que costuma ser realizado nesse momento. Ao contrário: vê-se uma utilização errônea da literatura, ora em fragmentos, ora como "exemplo" de movimentos literários.

Nessa perspectiva, nota-se que a Base não se mune da Literatura como recurso pedagógico, do qual sua apreciação deve ser garantida no espaço escolar para que deste modo, ela possa “nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver”. (Todorov, 2009, p. 76-77).

Diante disso, é preciso que a BNCC enquanto documento normativo da Educação no Brasil, revise as estratégias de leitura literária. Para Zilberman (2012), é preciso ver a Literatura como um direito do estudante em formação, uma vez que a linguagem oportuniza uma mediação entre o homem e mundo, ainda para estudiosa, privar o indivíduo desse contato com leitura e escrita é formá-lo pela metade.

Assim, toma-se necessário que a escola e primordialmente as políticas públicas voltadas à leitura e ao livro, estabeleçam um dialogismo no qual a leitura literária seja ofertada na sua totalidade, deixando de ser somente uma ligação entre Literatura e as demais artes, além disso, é de considerável importância que o texto seja explorado na sua integralidade, não somente por fragmentos do mesmo.

Acerca de obras fragmentadas é possível constatar que o PNLD, enquanto política pública de distribuição de livros didáticos, oportuniza o texto literário

respeitando uma cronologia literária, ou seja, o estudante do Ensino Médio tem acesso à literatura pelo livro didático, cujo conteúdo é desenvolvido pelas editoras e respeitam a historicidade literária e sendo, portanto, oferecido aos apenas estudantes trechos da obra.

Cosson (2021) destaca em seu escrito que nas escolas é predominante as interpretações trazidas pelos livros didáticos, cuja leitura se dá a partir de textos incompletos, para o autor, práticas como essa corroboram somente para um ensino literário fracassado. Diante disso, destaca-se que apesar dos livros didáticos serem pesados nos direcionamentos impostos pela BNCC, eles não contribuem para efetivação do letramento literário dos estudantes uma vez que majoritariamente apresenta obras literárias descontextualizadas e fragmentadas em periodização literária.

A BNCC por sua vez é indicada como documento norteador do sistema educacional brasileiro, porém no que se refere às suas orientações acerca da Literatura, nota-se que as competências e as habilidades são muito abrangentes, visto que o documento deixa vagas as explicações para a utilização da Literatura na sala de aula, assim, é possível perceber que o texto literário assume um papel secundário, no qual que a Literatura ocupa a função de mediar através de sua escrita, outras práticas educacionais em conversão com outros fazeres artísticos e outros gêneros discursivos.

Dito isso, a partir do problema de pesquisa: “De que maneira as políticas públicas educacionais de leitura contribuem para a minimização da marginalização social a partir da leitura literária com foco nas habilidades e competências da BNCC? O estudo feito através das análises das políticas públicas relacionadas ao livro à leitura permite constatar que:

a) As políticas educacionais de leitura, podem ser compreendidas como ações governamentais que buscam assegurar aos estudantes brasileiros o contato com o livro e a leitura, tornando-se dessa forma, vital para a democratização do acesso ao livro nos espaços escolares, acerca disso, convém destacar que o princípio institucional para a democratização do acesso ao livro encontra-se no artigo 208 da Constituição Federal, no artigo nº 32 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 10753/03 e na portaria interministerial de nº1442 de 10 de agosto de 2006, que intuiu o PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura). Assim sendo, o acesso ao livro e leitura diante de tais leis, possibilita que estudantes outrora sem condições, obtenham o livro que na

maioria das vezes é um objeto caro. Nesse sentido, compreende-se, portanto, que as políticas educacionais de leitura oportunizam que livros circulem nas mãos daqueles estudantes que não dispõem de privilégios financeiros.

b) O domínio da leitura em contato com linguagens, outros signos e imagens, oportunizam aos estudantes a possibilidade de ampliação de conhecimento, nesse caso, é pertinente salientar que o livro didático favorece um acesso igualitário ao conhecimento, ao mesmo tempo em que respeita as peculiaridades regionais, à medida que a seleção dos mesmos é feita pelas escolas, a considerar a necessidade daquela instituição de ensino. Nesse viés, percebe-se que a inserção dos estudantes no mundo letrado é indispensável para a formação do sujeito crítico. Assim, entende-se que a formação escolar dos jovens, em específico os do Ensino Médio, está voltada para a vida social, o trabalho com dignidade, bem como na redução das desigualdades sociais, que por sua vez, acaba marginalizando sujeitos no processo de formação. Nesse sentido, é destacável também que as políticas de leitura, podem contribuir para isso, desde que bem efetivadas, a considerar as diretrizes propostas pelo documento BNCC em desenvolver as habilidades e competências propostas por ela.

c) A respeito da BNCC, enquanto documento normativo da educação, em específico a etapa do ensino médio e, no que se refere o campo artístico-literário, é possível concluir que o documento completa um ensino de leitura que abarca as produções literárias com temáticas marginais, no entanto não oferece alternativas para a efetivação da prática. Outro ponto que é possível observar, diz respeito às habilidades, nelas é possível perceber que o texto preocupa-se com fruição da leitura, ou seja, desconsidera as possibilidades do texto, por exemplo em desenvolver a alteridade por consequência da leitura literária, mas será que é possível mensurar e atingir esse objetivo por meio de habilidades e competências? Nesse ponto, entende-se que a escola torna-se a porta de acesso para uma formação crítica e cidadã, com a qual a literatura pode assumir um papel importante, visto que o texto literário contribui para que o leitor se coloque naquele que o outro através da leitura, nessa interação entre sujeito e texto.

Diante disso, constata-se que é possível se trabalhar a Literatura com enfoque na formação do leitor crítico, a fim de contribuir para representatividade de sujeitos a margem social, ao pensá-la considerando as habilidades e competências prescritas no texto da BNCC, no entanto é preciso um bom planejamento para a efetivação de uma prática bem-sucedida. Disto isso, a sugestão de prática deste item, incorpora a

Literatura com temática marginal, conforme determinação do documento normativo BNCC.

6.2 A Literatura como oferta da alteridade

Para entender a literatura que é produzida por pessoas que fazem parte do que hoje se considera literatura marginal, a partir das vertentes da homoafetividade e literatura afro-brasileira, é necessário compreender tais vozes como emancipadoras de um discurso que durante muito tempo ficou oculto. É fundamental, dessa maneira, que se compreenda a literatura e a leitura como um processo que auxilia o leitor a compreender o Outro, as violências das quais é vítima e o que tem a dizer.

Para iniciar as discussões deste capítulo, é importante discutir qual o conceito de alteridade que o norteia. De acordo com Denise Jodelet (1998), trata-se da diferença em si mesma: “ao designar o caráter do que é outro, a noção de alteridade é sempre colocada em contraponto: 'não eu' de um 'eu', 'outro' de um 'mesmo'” (p. 48). Assim, pode-se relacioná-la diretamente à experiência do que é externo ao sujeito e àquilo que ele viveu, seja no âmbito psicológico ou cultural, pode ser visto sob diferentes perspectivas

Noeli Reck Maggi e Renata Santos de Moraes (2015) refletem sobre a importância da leitura para a compreensão do mundo e a sensibilização a partir da visão do Outro. As autoras recorrem à teoria histórico-cultural para pensar a importância da interação com o Outro, que permite ao sujeito reconhecer semelhanças e diferenças, a pluralidade social e cultural existente no mundo. Isso potencializa a perspectiva sobre si e sobre o Outro, já que “Este sujeito singular em sua forma de pensar e de agir sobre a realidade revela a dimensão das relações sociais e de alteridade junto a outros indivíduos da espécie.” (Maggi; Moraes, 2015, p. 281).

Lev Vygotski, principal pensador dessa teoria, embora poucas vezes tenha trazido à tona o tema da alteridade, trata disso muito bem ao designar a relação interpessoal como basilar da constituição humana. Isso porque sua teoria exprime a importância da mediação e da relação com o Outro e o mundo como porto central da construção da aprendizagem e crescimento humano. Os desejos, e interesses produzidos através das relações e vividas coletivamente acabam perpassando pelas

ideias dos outros para que o próprio sujeito construa sua subjetividade. Nesse caminho, então, percebe-se a alteridade.

Vygotski assim escreve: “cada pessoa é um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo” (VYGOTSKI, 2000, p. 33). Dessa forma, ele reitera a ideia de que os seres humanos estão inseridos em uma cadeia de mediações, em constante contato com seus semelhantes em sociedade. Reconhecer, naquele que se difere, seja pela cor, credo, opinião ou cultura, a possibilidade de reconhecer uma nova maneira de conhecer o mundo é fundamental.

Essa ideia é importante de ser pensada, porque, para além da discussão sobre quem é o Outro, existe a construção que já se possui sobre este, que já existe mesmo sem conhecê-lo em profundidade. Essa visão advém das leituras prévias, da opinião compartilhada por certa comunidade e por familiares, que não raramente é carregada de preconceitos decorrentes de violências que possuem profundas raízes na sociedade brasileira.

Para compreender essa realidade na prática, recorre-se à pesquisa de Neusa Maria Mendes de Gusmão (1999), que mapeia a visão de crianças brasileiras sobre o Outro, no caso, a criança pobre, negra e mestiça. A autora reconhece a centralidade, na cultura ocidental, da figura do homem branco, racional e adulto, por isso aponta seu oposto para o trabalho com a alteridade.

Ao reconhecer, nos desenhos e comentários realizados pelas crianças, a presença de certas violências, já incutidas no seu imaginário, ela tece suas reflexões. Como exemplo, ela utiliza a ilustração feita por uma das crianças: um menino de tez escura sem boca. Essa representação, não por acaso, revela a visão sobre a pessoa negra como alguém que é silenciado, que não possui voz, que não é representado na sociedade. Por isso o papel necessário da educação, que carrega em si o poder de ampliar o horizonte cultural das pessoas. A pesquisadora ainda afirma:

a cultura e a alteridade revelam muitas linguagens presentes no social, mas que se fazem invisíveis aos olhos e ouvidos, dado que nossa percepção encontra-se cativa de nosso pensar por princípios e valores de nossa cultura, tidos por nós como universais, verdadeiros, legítimos e únicos [...]. O caminho do imaginário ocidental que contempla o outro, mas não o vê, que vê o corpo dos sujeitos sociais, mas não sua alma e que constrói um conhecimento compartimentado que ora vê uma coisa e não vê outra (Gusmão, 1999, p. 42).

Dessa maneira, apesar de todos compreenderem a pluralidade de existências e modos de vida no país, muitos ainda carecem de um olhar atento e sensível sobre os marginalizados, que muitas vezes são invisíveis. Todos veem o que está diante dos olhos, porém, o sentido atribuído a essa visão pode ser distanciado e impessoal. O que se busca na educação é abrir os olhos para que todos sejam não apenas vistos, mas ouvidos, compreendidos e acolhidos.

Esse debate sobre a percepção dos marginalizados também está presente na literatura, onde os silenciamentos também acontecem. Regina Dalcastagnè (2011), ao discutir sobre o espaço, na literatura brasileira, para a escrita focada na margem, percebe que “cada vez mais, os estudos literários (e o próprio fazer literário) se preocupam com os problemas ligados ao acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais” (Dalcastagnè, 2011, p. 33). Isso é fundamental e mostra a preocupação crescente quanto a debates sobre a desigualdade social, a marginalização e o respeito à diferença. Ela afirma:

Há muito tempo, a narrativa vem perseguindo a multiplicidade de pontos de vista[...]. Assim, mulheres e homens, trabalhadores e patrões, velhos e moços, negros e brancos, portadores ou não de deficiências, moradores do campo e da cidade, homossexuais e heterossexuais vão ver e expressar o mundo de diferentes maneiras. Mesmo que outros possam ser sensíveis a seus problemas e solidários, nunca viverão as mesmas experiências de vida e, portanto, verão o mundo social a partir de uma perspectiva diferente (Dalcastagnè, 2011, p. 38).

Sabendo disso, compreende-se a potência da Literatura para a sensibilização e desenvolvimento da alteridade e da empatia nos indivíduos, que podem, através de personagens e pontos de vista, aproximar-se e compreender outras realidades. Durante a leitura, o leitor reconhece o que é vivenciado pelo protagonista de uma narrativa, relaciona com suas próprias vivências e pode compor, para si e sobre o Outro, uma nova concepção.

Como afirmam Maggi e Morales (2015), enquanto o leitor se dispõe a “ler, acompanhar, traduzir seus movimentos e (re)escrever suas histórias nos ajudará a percorrer o caminho nós mesmos” (Maggi; Morales, 2015, p. 284). Assim, a partir dessa relação entre leitor e obra, amplia-se o potencial de manifestar emoções, reconhecer o Outro e perceber a si mesmo, auxiliando amplamente no processo de desenvolvimento humano.

A alteridade, então, é sentida e vivida pelo leitor ao se reconhecer diferente do personagem em alguma instância e, a partir disso, compreender, por si mesmo, a importância de estar em contato com outras realidades, ainda que na ficção. Tzvetan Todorov (2014) é outro crítico que versa sobre a importância da literatura na vida das pessoas. Para ele,

Conhecer novas personagens é como encontrar novas pessoas, com a diferença de que podemos descobri-las interiormente de imediato, pois cada ação tem o ponto de vista do seu autor. Quanto menos essas personagens se parecem conosco, mais elas ampliam nosso horizonte, enriquecendo assim nosso universo (Todorov, 2014, p. 80-81).

A partir da identificação do leitor com certos personagens há a possibilidade de se ampliar os horizontes, conhecer realidades que se diferem completamente daquela que é sentida diariamente. Isso pode expandir o olhar, desenvolvendo o senso crítico e a opinião própria, aspectos fundamentais para os indivíduos de uma sociedade.

Além do leitor, também é importante focar na maneira como esses textos trazem à tona o debate sobre a alteridade, partindo das narrativas de vozes marginalizadas, como negros, homossexuais, mulheres e outros. Esse é o caminho para que haja a progressiva valorização desses grupos, fazendo com que a discussão saia de seus espaços de criação para atingir outras realidades, que podem ser impactadas. A pesquisadora Nazareth Salutto (2019) reflete sobre isso, ressaltando o papel político desses discursos:

Pela voz e mãos de outro, a literatura pode ampliar a si mesma, romper a fissura das margens e comparecer na vida do outro, o que torna o papel da formação do leitor ação política, mediada pela palavra e pela experiência do outro. Um leitor não se faz sozinho, mas por meio de uma rede que envolve práticas, livros, leitores outros que sejam capazes de semear sentidos de pertencimento da literatura no cotidiano humano (Salutto, 2019, p. 116).

Assim, compreende-se que a leitura e a escrita, de qualquer gênero, constituem-se como atividades que não são feitas em isolamento. Cada leitor e escritor já possui em si um arcabouço de ideias, concepções e percepções que embora sejam suas, partem de experiências anteriores, vividas com outras pessoas e contextos.

Tratando-se especificamente da educação aplicada à ideia de alteridade, Adilson Cristiano Habowski, Elaine Conte e Natália de Borba Pugens (2018) mostram pontos a serem pensados, partindo da ideia de que é fundamental, para uma

educação sensível e de qualidade, atentar para a interação do indivíduo com outros, especialmente aqueles que se diferem dele. Eles comentam:

Sem dúvida, a educação coloca o educando diante do conhecimento, da interpretação social e do mundo intersubjetivo, para o exercício da cidadania e para relações recíprocas, dando voz às alteridades interdependentes e em relação encorajadora com o saber, o conviver, o reconhecer e o aprender com o outro (Habowski; Conte; Pugens, 2018, p. 195).

Ao apresentarem a ideia de educação que se volta para as relações interpessoais, os pesquisadores utilizam a palavra encorajar que, tratando-se de uma pesquisa da área de educação, é fundamental ser pensada. Isso porque, além do espaço para fala das vozes marginalizadas e da oportunidade de trocas entre diferentes culturas e contextos, é crucial que haja uma postura de encorajamento, não apenas para a expressão de novas vozes, mas também para que todos os leitores ampliem seus horizontes para leituras que sejam diferentes das que costumam ter contato.

É a partir de uma abertura, que ocorre das duas partes, autor e leitor, locutor e interlocutor, que é possível compor o diálogo e promover a alteridade, que tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conhecedores, não apenas sobre outras realidades, mas também sobre a sua própria. Como comentam os pesquisadores Habowski, Conte e Pugens (2018):

A relevância da alteridade, na educação, depende de uma relação estabelecida no falar e ver o outro como abertura para (re)conhecer a si mesmo, com novos desdobramentos e aprofundamentos pedagógicos, que o próprio tempo exige em face dos diferentes mundos e experiências culturais. O diálogo é a abertura para o ensinar e o aprender com o outro, no entrecruzamento de questões diversas e concretas, incorporadas pelos significados dos saberes, culturas e mundos, que preparam para um encontro emancipador, a justiça social e a realização plena do ser, do edificar e do obrar humano (Habowski; Conte; Pugens, 2018, p. 195-196).

O estabelecimento dessa relação nem sempre é um caminho fácil, mas o uso da literatura pode possibilitar essa leitura sobre o outro. Através de uma narrativa literária escrita a partir do ponto de vista de um menino negro, pode-se compreender um pouco mais sobre as violências que sofre, os traumas e medos que vivencia, a cultura que lhe é passada por sua família, suas perspectivas de futuro, etc. As possibilidades da arte são infinitas e impactam muito mais que apenas ver a manchete do jornal expondo mais um caso de preconceito racial.

Para concluir, entende-se que a partir da reflexão sobre a alteridade, pode-se pensar dois pontos principais que são trazidos como competências gerais na BNCC, documento estruturante da educação brasileira contemporânea. O primeiro deles é o número oito, que tem relação com conhecer-se a si mesmo: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, 2018, p. 10). O segundo ponto, número nove, versa sobre a relação interpessoal, a ser construída com total respeito à diferença:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10).

A maneira que se pode atingir, em um contexto escolar, essas competências, é a partir do desenvolvimento do conhecimento de um sobre o outro. Entender como funciona sua cultura, sua maneira de pensar, os desafios que costuma vivenciar, pode sensibilizar os estudantes, que passam a perceber o mundo não apenas por suas lentes, mas também reconhecendo a multiplicidade de realidades existentes ao seu redor.

Ensinar sobre respeito e valorização de outras culturas não precisa partir de uma imposição consolidada pela determinação de datas específicas em um calendário, ela pode ser oportunizada a partir de espaços de leitura, escrita, socialização e debate, enriquecidas com o potencial transformador da literatura.

Todorov (2014), um defensor da leitura e de Literatura livre e não instrumentalizada, escreve palavras, em seu texto, que podem trazer um tom de esperança para os professores e profissionais da educação sobre a importância de seu papel e da valorização da literatura:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro (Todorov, 2014, p. 76).

A leitura, especialmente a literária, é um caminho rico e frutífero para o desenvolvimento humano. Ela permite sonhar, transformar, conhecer o outro para

assim e respeitá-lo. Então o professor, no cenário contemporâneo, precisa, mais do que nunca, ensinar a ler. Não se trata apenas de decifrar um código alfabético, mas principalmente interpretar as diferentes leituras e compreender as múltiplas culturas, lendo o mundo e as realidades com criticidade e empatia e mostrando aos estudantes todas as suas possibilidades e potencialidades.

6.3 Uma proposta de leitura literária: Nas amarras da fome à vida real

Este projeto de leitura apresenta uma sequência de prática leitora, a partir de uma temática que perpassa diferentes épocas: a fome. Ela, advém como uma contribuição da pesquisa, após estudo, compreende-se que mais do que nunca, esse é um problema que deve ser lembrado e debatido, tendo em vista ser um transtorno humanitário mundial.

A partir desse assunto, foram elencados textos literários que auxiliam não só na compreensão do tema, mas também no exercício da alteridade e da empatia. Assim, a prática foi pensada a fim de contribuir com esta dissertação, deste modo, foi considerado a temática, cujo foco é abranger a literatura marginal e diante disso, oportunizar uma visão acerca do tema e levar os estudantes a refletirem sobre o mesmo.

A prática consiste na utilização da Literatura em sala de aula, para isso, foram selecionados três textos de criações literárias brasileiras, sendo: um poema, uma crônica e um diário literário. O critério para escolha foram, a temática, o formato do texto, o teor crítico e a linguagem de fácil entendimento.

Ao se pensar a leitura literária é imprescindível que o professor esteja alinhado ao que determina a Base Nacional Comum Curricular, nesse sentido a presente proposta vislumbra um diálogo com o componente de Língua Portuguesa, conforme documento:

No Ensino Médio, pretende-se que os estudantes façam uso das linguagens de maneira crítica, levando em conta um aprofundamento da análise do funcionamento das diversas semioses para produzir sentidos (Brasil, 2018, p. 485).

Assim, os textos selecionados são: o poema “bicho”, de autoria do poeta Manuel Bandeira, escrito em 1944, nele temos uma voz lírica que se depara com a

cena de um homem cantando e comendo restos do lixo. O segundo, de autoria de Fernando Sabino, consiste em uma crônica, intitulada “Notícia de Jornal”, escrito em 1997, na narrativa temos o relato de um personagem narrador inconformado com morte de um homem pela fome na rua.

O terceiro é o da catadora, Carolina Maria de Jesus, “Quarto de despejo, diário de uma favelada”, na consagrada obra, temos o relato da vida difícil na favela do Canindé na sofrida busca pelo que comer, portanto, os textos retratam a desigualdade social, trazendo de uma forma clara um problema assola a sociedade, a fome.

Deste modo, diante das materialidades textuais, percebe-se neles temáticas que projetam problemas sociais, dos quais é possível trabalhar uma prática de leitura literária que possibilitará aos estudantes do Ensino Médio, uma reflexão acerca da Literatura e da realidade.

Para isso, a proposta tem como objetivo geral “Refletir sobre a problemática da fome a fim de desenvolver o exercício da alteridade e da empatia durante a leitura de textos literários, aliando Literatura e realidade”.

Por outro lado, os objetivos específicos para a prática de ensino seriam “Incitar o gosto pela leitura de textos literários com vistas à formação de leitores e indivíduos conscientes, humanizados e reflexivos; contribuir para o desenvolvimento de leituras, focalizadas no campo das linguagens na leitura do texto literário conforme habilidades e competências da BNCC; relacionar os textos a fim de ressaltar suas características e compreender seus objetivos sociocomunicacionais”.

A justificativa para a proposta consiste em entender que a Literatura ao longo do tempo, se tornou uma forma de retratar problemas sociais, uma vez que em suas criações os autores e autoras, projetam nas suas histórias fatos da vida real, nesse sentido, em seu estudo Candido afirma que ela trata “valores que a sociedade preconiza, ou os que ela considera prejudiciais” (Candido, 2011, p. 177), nesse prisma, vê-se na Literatura uma possibilidade de recriar histórias, rever valores e se vê no outro.

Em sua evolução a Literatura emerge com novas produções, as quais voltam seus olhares para determinados temas que outrora eram desaparecidos, é nessa perspectiva que na atualidade temos a denominada “literatura marginal”, outras vozes são ouvidas e outras histórias são contadas, conforme, Regina Dalcastagnè:

Quando entendemos a literatura como uma forma de representação, espaço onde interesses e perspectivas sociais interagem e se entrecrocaram, não podemos deixar de indagar quem é, afinal, esse outro, que posição lhe é reservada na sociedade, e o que seu silêncio esconde. Por isso, cada vez mais, os estudos literários (e o próprio fazer literário) se preocupam com os problemas ligados ao acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais. (Dalcastagnè, 2011, p. 12).

Diante disso, essa “nova literatura”, atenta-se para temas sociais, dando voz a outros sujeitos e grupos, é nessa nova roupagem que o livro ou obra selecionada para esta prática se enquadra, o texto que foi escrito por uma catadora, moradora da favela do Canindé - SP, cenário esse, que serviu de inspiração para que ela relatasse suas mazelas em um diário. A obra se consagrou no cenário literário não só brasileiro como mundial, o texto foi traduzido para outros idiomas, bem como destaca o reconhecido crítico literário, Alfredo Bosi:

Outro exemplo notável, e já plenamente urbano, de cultura de fronteira é o de uma favelada, apenas alfabetizada, que registrou o seu cotidiano em um diário pungente, publicado em 1960 com o título de Quarto de despejo. Falo de Carolina de Jesus, cuja obra foi traduzida para as principais línguas cultas do mundo, reproduziu-se amplamente e atingiu um milhão de exemplares (Bosi, 2002, p. 261).

Diante da dimensão do texto e ao considerar as diretrizes da base Nacional Comum Curricular, a obra é selecionada para compor esta prática de leitura literária, a qual destina-se ao Ensino Médio, podendo ser aplicada nos três anos da referida etapa de ensino. Acerca da prática, salienta-se que o roteiro de aplicabilidade foi pensado sob a perspectiva de letramento literário sugerida por Cosson (2021), na qual há a motivação, a introdução, a leitura e a interpretação.

Na etapa da motivação, há uma preocupação em propiciar o interesse pela leitura do texto, o que pode ser feito de diferentes formas, a etapa da introdução busca apresentar o autor e sua biografia o que possibilita então uma maior interação dos estudantes acerca do objetivo pretendido. A leitura, fase primordial para debates, através de reflexões que direciona para a interpretação etapa essa, que visa sobretudo o conhecimento adquirido pela leitura feita.

Além da sequência básica estabelecida por Cosson (2021), utilizam-se elementos que são considerados importantes para atividades de leitura contemporâneas: habilidades e competências estabelecidas pelo documento BNCC. O quadro abaixo explica cada uma das etapas pré-estabelecidas detalhadamente.

Quadro 3 - etapas da proposta de leitura literária

Item	Descrição
Tema	Nas amarras da fome: da Literatura à vida real.
Público-alvo	1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.
Objetivos	<p>OBJETIVO GERAL</p> <p>Refletir sobre a problemática da fome a fim de desenvolver o exercício da alteridade e da empatia durante a leitura de textos literários, aliando Literatura e realidade.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incitar o gosto pela leitura de textos literários com vistas à formação de leitores e indivíduos conscientes, humanizados e reflexivos; - Contribuir para o desenvolvimento de leituras, focalizadas no campo das linguagens na leitura do texto literário conforme habilidades e competências da BNCC; - Relacionar os textos a fim de ressaltar suas características e compreender seus objetivos sociocomunicacionais.
Habilidades e competências	<p>(EM13LP45) compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica. (BRASIL, 2018, p. 515).</p> <p>(EM13LP48) perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura. (BRASIL, 2018, p. 515).</p> <p>Competência 7 da área de Linguagens e suas Tecnologias: Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 482)</p>
Duração	18 períodos de aula.
Motivação para a leitura	A motivação se dará através de uma imagem, a qual será usada a fim de levantar hipóteses e com isso, ampliar horizonte de expectativas dos estudantes, em seguida leitura do Poema e Crônica.
Introdução	Apresentação da autora, dados da obra e contextualização histórica do período em que a mesma foi escrita.
Leitura	Leitura da obra “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus.
Interpretação	Momento para externalizar a leitura, discutir sobre o texto como um todo e refletir sobre as temáticas importantes nele presentes.
Avaliação	Criação de um podcast literário.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como produto da contribuição científica, ao pensar nesta atividade, respeita-se aos objetivos estabelecidos; além de considerar a etapa de ensino para qual a prática de leitura foi prevista e diante das relações analíticas entre os textos, considerou as diretrizes propostas pela BNCC, a fim correlacioná-los com a proposta.

Assim, a sequência pedagógica de leitura literária que é apresentada a seguir, destina-se aos estudantes do Ensino Médio, já que a faixa etária dos estudantes varia entre 15 anos e 17 anos, idade ideal para propor as reflexões e a proposição desta prática de ensino que envolve a discussão de textos literários a fome.

Considera-se necessário que, para essa sequência de leitura literária sejam disponibilizados 18 períodos aula, a fim de atender as etapas estabelecidas, sendo elas: introdução, motivação, leitura e interpretação, na sequência essas etapas serão nomeadas por: momento 1, momento 2, momento 3 e momento 4.

Momento 1, em concordância com Cosson (2021), nesta etapa, atenta-se para a motivação, a fim de possibilitar a imersão das estudantes na leitura e com isso, sintam-se motivados por fazê-la. Após análises dos textos, identificou-se a temática dos mesmos e, diante disso, sugere a apresentação da imagem abaixo, para que, diante dela o professor dê início aos trabalhos. Para esta etapa, considera necessário 1 período aula.

Figura 2 - Sugestão de imagem para o momento 1



Remexer o lixo por comida é a livre iniciativa permitida pela repressão. Disponível em: <<https://bemblogado.com.br/site/remexer-o-lixo-por-comida-e-a-livre-iniciativa-permitida-pela-repressao/>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Para a exploração do texto visual, sugere que o professor conduza os alunos a construir suas impressões sobre a imagem, para isso, propõe-se as seguintes questões:

- 1) O que a imagem representa para você?
- 2) Na sua opinião a imagem apresenta fotos do nosso cotidiano?
- 3) Que impressões é possível obter após analisar a imagem?
- 4) É possível que pessoas se alimentem dessa maneira?
- 5) Na sua opinião quais os motivos contribuem para que uma pessoa chegue a essa condição de vida?

Conforme Cosson (2021) a etapa da introdução, aqui nomeada por momento 2, o professor, poderá distribuir o poema do poeta Manuel Bandeira, o qual pode ser disponibilizado para turma impresso. Assim, nesta etapa sugere 1 período aula.

O Bicho

Vi ontem um bicho
 Na imundície do pátio
 Catando comida entre os detritos.
 Quando achava alguma coisa,
 Não examinava nem cheirava:
 Engolia com voracidade.
 O bicho não era um cão,
 Não era um gato,
 Não era um rato.
 O bicho, meu Deus, era um homem.

BANDEIRA, Manuel: O bicho. Disponível em: < <https://poetisarte.com/autores/manuel-bandeira/o-bicho/> >. Acesso em: 27 jul 2023.

Após a leitura do poema, o educador, a fim de averiguar o entendimento da leitura, pode mediar um debate a partir das seguintes questões:

- 1) Você já leu algum poema poeta Manuel de Barros?
- 2) Quais foram suas impressões ao ler o poema?;
- 3) Quais sensações você sentiu durante a leitura?
- 4) Quais relações podemos estabelecer entre a imagem da última aula e o poema de hoje?
- 5) É possível interpretar a reação do sujeito lírico ao se deparar com a situação na qual o homem se encontrava?
- 6) Você julga provável situações como essa no nosso cotidiano? Justifique sua resposta.

A fim de aguçar ainda mais a criticidade dos estudantes, e fazê-los correlacionarem Literatura e realidade, destaca-se que o professor peça como tema de casa, que eles pesquisem notícias de jornais que assemelham-se com a temática trabalhada, assim cada estudante será convidado a compartilhar sua pesquisa com turma.

Ainda na etapa de introdução, cujo momento é o 2 e a aula é a de número 3, já no início deste terceiro encontro, o docente poderá solicitar aos discentes que exponham à turma as pesquisas solicitadas no último encontro. O passo seguinte, consiste na leitura integral da crônica, “Notícia de jornal”, de Fernando Sabino, novamente sugere-se que o professor, providencie as fotocópias para os educandos, caso o contrário, é possível que o estudante tenha acesso ao mesmo através do link. Disponível em: <https://arararevista.com/noticia-de-jornal-cronica-de-fernando-sabino/>. Acesso em: 27 jul 2023.

Diante da leitura, o professor, poderá preparar uma folha e entregá-la aos estudantes, contendo questões sobre o texto para que os mesmos as respondam em seus cadernos, nela devem conter seguintes questões:

- 1) O que mais chamou sua atenção na crônica lida?
- 2) É possível identificar que imagem de sujeito é retratada ao longo do texto? Justifique sua resposta.
- 3) Quais relações podemos estabelecer entre a crônica e o poema lido na aula passada?
- 4) Ao longo do texto a oração “um homem morreu de fome” aparece repetitivamente. Na sua opinião com qual finalidade essa estratégia foi utilizada?
- 5) O texto nos faz entender se houve ou não indiferença com o homem? Justifique sua resposta com fragmentos do próprio texto.
- 6) Como o homem é visto pela sociedade? Traga fragmentos do texto que explicitem sua resposta.
- 7) Alguém é culpado por essa morte? Por que todos se dirimem da culpa dizendo que não é de sua alçada?
- 8) O texto foi publicado ainda na década de 90. Por que, em 2023, a crônica ainda faz sentido?
- 9) A cena representada pela crônica é comum? Justifique sua resposta.

No momento 3, portanto, aula de número 4, etapa da leitura conforme sugere Cosson (2021), o primeiro passo consiste na apresentação da obra, para isso, aconselha-se que o educador apresente aos estudantes dados da mesma, para que deste modo, os alunos tenham uma compreensão do texto. Assim, para esta fase, indica-se que o professor explore os seguintes dados:

- 1) A autora que vamos ler chama-se Carolina Maria de Jesus, nasceu no estado de Minas Gerais.
- 2) Embora tenha estudado apenas dois anos, desde criança já se interessava pela leitura
- 3) Na favela do Canindé/ SP, a autora iniciou a escrita de um diário, relatos esses que mais tarde se tornou o livro que iremos ler.
- 4) O livro nos relata a dura realidade dos favelados na década de 1950, tais como: os costumes de seus habitantes, a violência doméstica, a miséria, a fome as dificuldades em se obter o que comer
- 5) Nesse período histórico, São Pulo passava por uma expansão industrial, o que levou muitas famílias para a cidade na tentativa de melhores condições de vida.

O próximo passo, consiste na leitura integral da obra, é possível obtê-la digitalmente através do link. Disponível em: <<https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto de Despejo - Maria Carolina de Jesus.pdf.pdf>>. Acesso em 28 jul 2023. Visto que esta prática contempla a leitura da obra na sua integralidade, aconselha-se que a mesma seja feita de forma semanal e orientada com a mediação do educador, esse tipo de leitura é importante para que os educandos tenham um melhor entendimento do texto.

Dessa forma, sugere-se que a leitura do texto se divida em 12 aulas, sendo que parte dela será feita na sala de aula e parte extraclasse. O PDF sugerido para a leitura conta com um total de 156 páginas de texto, sendo assim, a considerar que as aulas de Literatura ocorrem uma vez por semana, portanto, a cada encontro, professor e alunos lerão 5 páginas na sala de aula, aconselha-se que se faça a leitura de outras 8, extraclasse. Assim, se somarão 13 páginas por semana, isso em três meses totalizará o total de páginas do arquivo aqui sugerido.

Destaca-se que, mesmo longa a prática será significativa para estudantes, tendo em vista a leitura integral da obra, nas palavras de Cosson, “é fundamental que se coloque como centro das práticas literárias na escola a leitura efetiva dos textos”

(Cosson, 2021, p. 23), dessa maneira a atividade, certamente contribuirá para o processo de formação do letramento literário dos jovens estudantes.

A próxima etapa, aqui denominado momento 4, consiste na interpretação da obra, a qual ocorrerá na aula de número 17, tendo em vista a leitura integral do texto, indica-se agora uma lista de exercícios, para que os estudantes possam expor suas compreensões e diante disso, posicionarem-se acerca do mesmo. Para isso, o professor (a) pode basear-se nas seguintes questões:

- 1) O que mais chamou sua atenção no livro lido?
- 2) Quais as sensações ao ler o texto? Descreva-as.
- 3) Você conhecia a autora do diário literário, Carolina Maria de Jesus?
- 4) A história que você imaginou antes da leitura é semelhante ao que foi registrada no livro?
- 5) Assim como é relatado os problemas sociais ao longo do texto, você já se deparou com situações semelhantes no seu convívio social? Comente.
- 6) No trecho extraído do livro, “O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”, é possível estabelecer relações com o poema e a crônica? Justifique sua resposta com base nas três leituras.
- 7) Em, “Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. ”, a escritora se tanta para qual problema social? É possível percebê-lo ainda hoje? Justifique sua resposta.
- 8) O texto foi escrito nas décadas de 50 para 60. No entanto, é possível afirmar que sua temática é moderna. Por quê?
- 9) No trecho, “Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, têm que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sussegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas”, a autora traz à tona problemas ainda atuais, sobretudo no que se refere às mulheres, quais problemas são esses? Você conhece alguma mulher que já tenha sofrido algo parecido?
- 10) Ao refletir sobre as ações do Estado frente à fome no país, Carolina evidencia uma de suas esferas: o Serviço Social "Revoltei contra o tal Serviço Social que

diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela". Qual é a visão dela a respeito disso?

Na última etapa da prática, momento 4, em consonância com Cosson (2021), consiste na avaliação, portanto, as duas últimas aulas da proposta, para ela é considerado o uso dos recursos tecnológicos, a fim de contribuir para a formação tecnológica dos estudantes.

Para esse propósito, sugere-se a utilização de Podcasts, assim o estudante poderá acessar e criar o conteúdo pelo seu próprio celular, para tal, sugere-se o site Anchor. Disponível em: < https://anchor.fm/?utm_source=br>. Acesso em: 28 jul 2023. Para a produção da atividade na plataforma, aconselha-se as seguintes orientações: produza um podcast de 2 a 3 minutos sobre a obra Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. O podcast deve conter:

- 1) Breve apresentação da obra;
- 2) Suas impressões sobre o texto;
- 3) Relevância da obra para a literatura marginal;
- 4) Pertinência da obra ao tecer críticas sociais;
- 5) Importância do texto ao projetar no cenário literário uma autora negra periférica.

A prática apresentada, foi pensada sob a perspectiva do letramento literário, que busca a participação dos estudantes na sequência de leitura. Para isso, destaca-se a importância da leitura integral do texto para a compreensão do todo, levando em conta elementos como a temática e linguagem, a vista disso, a atividade de leitura possibilitará que os alunos participam ativamente da prática, a considerar a etapas básicas sugeridas nesta proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que, dentro das políticas públicas, a educação é um tema de discussão inesgotável. A BNCC é publicada em um contexto de instabilidade política no país, mas veio como um caminho possível para que professores e escolas resgatem o que é fundamental para seus estudantes desenvolverem, partindo da construção de habilidades e competências.

A leitura é uma habilidade vital que perpassa todas as áreas do ensino, sendo primordial propiciar recursos que estimulem o desenvolvimento dessa aprendizagem. Por isso, entre as políticas públicas selecionadas para a discussão, também se inclui a Política Nacional do Livro Didático, a Política de Leitura no Plano Nacional do Livro e da Leitura.

A partir do estudo desses documentos, foi perceptível a existência de uma tendência educacional atual, na medida em que abarca os direcionamentos para imersão da sociedade sem distinções sociais.

No processo de adaptação das práticas do professor à BNCC, é fundamental localizar e refletir sobre como a leitura de textos literários é reconhecida. Isso porque a Literatura é fundamental para a formação de indivíduos sensíveis e críticos diante de sua realidade. Como salienta Todorov (2014), a Literatura tem o poder de transformar realidade, de fazer sonhar e de sensibilizar, tornando os sujeitos cada vez mais humanos.

Além disso, é a partir da leitura e da percepção da vivência do outro que o leitor pode reconhecer a si mesmo. Maggi e Morales (2015) expõem essa perspectiva ao abordarem a leitura como um caminho para (re)escrever suas histórias. Em termos práticos, um jovem branco de classe média que desconhece realidades diferentes da sua, passa por um processo de reflexão profundo quando lê os relatos de Carolina Maria de Jesus, que aborda a injustiça social e a desigualdade racial em sua obra prima.

Assim, no Ensino Médio, a leitura constitui-se como uma ferramenta fundamental para que o jovem estudante intérprete, perceba diferentes estilos e sentidos de uma obra, e, em especial, conheça outras realidades, perceba o mundo através de outro olhar, reconhecendo-se como participante de uma organização social e política que não é a única presente no Brasil e no mundo.

Relacionada à linha de pesquisa 2, intitulada “Políticas Públicas e gestão da Educação”, do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação da URI, a dissertação elucida que é indiscutível a importância de Políticas Públicas voltadas para a Educação. Nesse caso, o estudo contribui para uma melhor compreensão das políticas setoriais educacionais associadas ao livro e à leitura.

Assim, esta pesquisa configura-se como inovadora, já que conforme estudo do estado do conhecimento, o qual fora realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não houve trabalhos que englobasse a temática igual a desta dissertação, portanto, a inovação da mesma deu-se em unir Políticas Públicas voltadas para o exercício de leitura, o acesso ao livro, com finalidade de propor uma prática de leitura literária pensada a partir das habilidades e competências determinadas pela BNCC.

Nesse caso, ao pesquisar sobre o objetivo geral do estudo, o qual teve por norte, “investigar a partir da compreensão das políticas públicas ligadas ao livro e à leitura utilizadas como prática no Ensino Médio, o seu alcance e sua fragilidade frente a minimização da marginalização social, no desenvolvimento das competências e habilidades para os jovens estudantes nessa etapa educacional”.

Destaca-se que tal objetivo foi alcançado, uma vez que conseguiu-se trazer à tona o desenvolvimento das habilidades e competências para o Ensino Médio a partir de uma prática mediadora de leitura literária, como também compreender a dimensão das Políticas Públicas do Livro e da Leitura em ofertar obras aos estados do Brasil, obras literárias e livros didáticos, como é o caso do Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

No que tange aos objetivos específicos, considera-se que foram plenamente alcançados, já que o primeiro que é, “identificar as políticas públicas nacionais relacionadas ao setor da educação, notadamente aquelas relacionadas à leitura utilizada no Ensino Médio, alusivas às Política nacional do Livro didático, Política de leitura no Plano Nacional do livro e da leitura e Políticas de leitura para o Ensino Médio contidas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC”, foi suprimido ainda no capítulo de número quatro, que tratou do conceito de Política Pública e, diante disso pode estabelecer relações acerca das políticas setoriais educacionais, em consonância com aquelas que se relacionam à leitura e ao livro.

Já o objetivo, “Compreender o conceito marginal em obras literárias e a partir disso, destacar a importância da Literatura no desenvolvimento da alteridade”, é destacável que arte literária é um caminho para mostrar vozes comumente silenciadas

e marginalizadas na sociedade, portanto, a Literatura apresenta grandes exemplos de escritores que evidenciam, em suas obras, realidades cruéis e expressivas de um Brasil preconceituoso e desigual. O papel da arte, nesse caminho, torna-se político, na medida em que escancara ao leitor as violências que ocorrem todos os dias na sociedade.

O terceiro objeto, “Investigar os direcionamentos da BNCC para a Literatura na formação humana dos estudantes, tendo como norte a educação no Ensino Médio, a partir do desenvolvimento de competências e habilidades determinadas para leitura literária com temáticas marginais na sala de aula”, constata-se, portanto, que a BNCC demonstra um cuidado em direcionar habilidades e competências para a prática de leitura de literária na exploração de temáticas comumente marginalizadas.

Porém, não oferece estratégias para esse fazer docente, nesse caso, vê-se que um dos desafios está na prática em sala de aula, ou seja, no cotidiano escolar, já que a atuação do professor é primordial na formação dos estudantes. Nesse sentido, precisa de muita dedicação do educador na elaboração de suas aulas.

A proposta de mediação de leitura aqui publicada foi pensada como uma prática a ser utilizada pelos docentes a fim de potencializar a promoção da compreensão e da leitura crítica dos estudantes, que podem reconhecer no texto realidades que ora os representam, e assim garantem a identificação do leitor com o que é escrito, ora se diferem por completo de sua realidade, ampliando suas perspectivas sobre o mundo. Nesse caso, não é possível dissociar a leitura literária do fazer pedagógico.

Por isso, destaca-se que a prática aqui sugerida pode auxiliar aulas de leitura em todo território brasileiro, uma vez que os textos selecionados exploram sensivelmente uma temática que é notável em todo país, à vista disso, a proposta de leitura literária torna-se convidativa ao pensar na relação entre texto e realidade, no desenvolvimento da alteridade e da formação do sujeito crítico.

Diante do estudo aqui apresentado, é destacável que dentre as possibilidades de um eventual doutoramento, a pesquisa pode estabelecer relações para uma futura tese na medida em que a aplicabilidade da prática sugerida pode evidenciar o desenvolvimento da alteridade nos estudantes do Ensino Médio, com isso, constatar esse caráter humanizador e formativo que a literatura possibilita como consequência de uma ampla cobertura de leitura fomentada pelas políticas públicas de leitura e do livro.

Outrossim, é possível ampliar este estudo em uma tese à medida em que, para além da etapa do Ensino Médio, podem ser desenvolvidas práticas mediadoras de leitura literária voltadas para o Ensino Fundamental, as quais podem enfatizar ainda mais a minimização da marginalização social por meio das políticas públicas, construindo, assim, uma educação literária muito mais sólida no que tange à formação do sujeito sensível, humano e crítico.

Ademais, diante do estudo é possível salientar que o Estado em poder das Políticas Públicas do livro e da leitura, forneça de forma ampla obras que aborde temáticas como as que aqui foram tratadas, a fim de oportunizar a democratização da leitura e com isso, possibilitar que outros sujeitos sintam-se representados, que suas mazelas sejam discutidas e suas vozes sejam compreendidas. Assim, julga-se necessário que os poderes públicos no que concerne o fomento à leitura, vise sobretudo, uma ampla variedade de obras, com acervo diversificado, para que deste modo de fato tenhamos uma democratização da leitura e do livro nos espaços escolares brasileiro.

Como suporte para a diminuição da desigualdade social, pode-se dizer que as políticas públicas elencadas conseguem atentar-se para a democratização da leitura e do acesso ao livro no país, contribuindo para abrandar a marginalização social sofrida no meio educacional brasileiro. Acredita-se que, somente a partir de uma educação literária sólida, é possível romper as barreiras da marginalização social e desenvolver sujeitos pensantes, críticos, empáticos e, acima de tudo, sensíveis ao problema do outro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva. **BNCC como política pública em educação: competências e habilidades socioemocionais na formação integral dos discentes da educação básica e os desenvolvimentos humano e social**. 201. 110 f. Dissertação de mestrado – Uni-FACEF Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca, 2021.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- AVILA, Ana Carolina Palma Francisco. **Práticas de leitura e formação de jovens leitores no contexto escolar: reflexões sobre o Programa Sala de Leitura**. 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo: Retórica, 2016.
- BEZERRA, Renata Karla Lins. **Ficção e escola: estratégias de mediação para formar leitores**. Natal, 2013. 151 f. Dissertação de Mestrado em Educação - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22785>> Acesso em: 16 fev. 2022.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s ite.pdf> Acesso em: 30 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 93**, de dezembro de 1937. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1938.
- BRASIL. **Lei nº nº 1442/2006**, de 10 de agosto de 2006. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 1.006**, de dezembro de 1938. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1938.

BRASIL. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

CAMPIÃO, Paula Respalde. **Motivos para a leitura no Ensino Médio**: os desafios do trabalho com literatura. Campinas, 2020. Dissertação de Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 16 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANELO, Maria José. **Literatura e Cultura**. Coimbra: Editora Centro de estudos sociais da Universidade de Coimbra. 2018.

CARNEIRO, Ana Paula. **Hora da leitura**: mediação e formação de leitores literários. Presidente Prudente, 2020. 170 f. Dissertação de Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193995/carneiro_ap_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 15 fev. 2022.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

COSTA, Enia dos Santos. **Ensino da Literatura na Base Nacional Curricular Comum**: Políticas Públicas para a Formação do Currículo no Ensino Médio. 2021. Dissertação de mestrado – Universidade do estado da Bahia, Salvador. 2021.

CRELIA, Ana. **Literatura e educação literária**: quando a literatura faz sentido (s). Universidade do Rio de Janeiro. 2016.

CRUVINEL, Maria de Fátima. **A leitura literária na escola**: a palavra como diálogo infinito. Araraquara, 2002. Tese de Doutorado em Estudos Literários – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 20, 2011, p. 33–77.

DALVI, Maria Amélia *et al* (orgs.). **Literatura e educação: contextos, tensões e práticas**. Rio de Janeiro: Brasil Multicultural, 2019.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ESCOLAS no Japão pedem tablet em lista de material escolar obrigatório e enfurece país. **Coisas do Japão**. Disponível em: <<https://coisasdojapao.com/2021/05/escolas-no-japao-pedem-tablet-na-lista-de-material-escolar-obrigatorio-e-enfurece-pais/>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ESLAVA, Fernando Villarraga. Literatura marginal: o assalto ao poder da escrita. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 24, 2004. p. 35-51. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/>> Acesso em: 16 fev. 2022.

FREITAS, Míriam Gomes de. **Caio Fernando Abreu: uma poética da alteridade e da identidade**. Curitiba: CRV, 2020.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **O Mundo Inteiro como Lugar Estranho**. São Paulo: EDUSP, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Lidiane Tavares do Nascimento; BARLETA, Ilma de Andrade. **A tessitura do Plano Nacional do Livro e Leitura (2006-2016) no Brasil sob a influência de organismos internacionais**. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 14, n. 51, nov. 2020.

GUIMARÃES, Susineire Afonso. **Leitura do gênero conto na sala de aula: uma proposta de intervenção para letramento literário em uma turma de 6º ano do ensino fundamental**. Bahia, 2020. 119 f. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. Edição Especial. **Cadernos de Pesquisa**, nº 107. São Paulo, Fundação Carlos Chagas; Campinas, Editores Associados, 1999, p. 41 – 78.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine; PUGENS, Natália de Borba. A perspectiva da alteridade na educação. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 1, 2018, p. 179-197.

HERMANN, Nadja. **Ética, estética e alteridade**. In: TREVISAN, Amarildo; TOMAZETTI, Elisete (orgs.). **Cultura e alteridade: confluências**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Materias especiais:** informações atualizadas sobre tecnologias da informação e comunicação. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Jodelet, D. (1998). **A alteridade como processo e produto psicossocial**. Em A. Arruda (Org.). Representando a alteridade (pp. 47-67). Petrópolis, RJ: Vozes.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Angela (Org.). **Representando a alteridade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 47-67.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698222442>> Acesso em: 30 set. 2022.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola:** as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 51-62.

LIMA, Marta Rejane Trindade de. **Políticas públicas de incentivo à leitura na educação básica:** cenário e perspectivas. 2021. 161 f. Dissertação de mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

LLOSA, Mario Vargas. Em defesa do romance. **Revista Piauí**, n. 37, out. 2010. p. 64-69. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/em-defesa-do-romance/>> Acesso em: 13 jan. 2022.

LUVISA, Mônica Trindade. Políticas e Práticas de leitura: **um estudo nas Escolas Multisseriadas do Campo no território da Cantuquiriguaçu**. 2019. 162 f. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2019.

MAGGI, Noeli Reck; MORALES, Renata Santos de. A leitura como caminho para a alteridade. **CERRADOS** Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, nº 40, ano 24, 2015, p 277-287.

MARQUES, José Castilho (org.). **PNLL:** textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MELLO, Rachel Costa de Azevedo; MOLL, Jaqueline. **Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil**. Revista Perspectiva. Florianópolis, n.2, v.38, p. 01-21, abr./jun., 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOREIRA FILHO, José. **O conto na sala de aula do ensino fundamental: uma proposta de letramento literário**. Natal, 2019. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal da Paraíba.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **“Literatura marginal”**: os escritores de periferia entram em cena. São Paulo, 2006. 211 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/publico/TESE_ERICA_PECANHA_NASCIMENTO.pdf> Acesso em: 16 fev. 2022.

NUNES, Marcia Jovani de Oliveira; BARROS, Josemir Almeida. ALTERIDADE: o outro na pesquisa em educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, jan. 2022, p. 405-421.

OLIVEIRA, MFR, Castanho JLC, Oliveira RSC. **Saúde e marginalização social: suprimindo falhas curriculares**. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2019;14(41):1793.

PEREIRA, Israel Niwton da Costa; FREITAS, Ana Magally Pereira de; SEGABINAZI, Daniela Maria. **A PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: O PNLD LITERÁRIO 2018**. Revista Inter-Ação. Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1548-1563, set./dez. 2021.

PESQUISA, **Qualitativa**: o que é uma pesquisa qualitativa? Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa/>> Acesso em: 15, mar. 2020.

PETERSON, Janet M. **Diferença e alteridade**: questões de identidade e de ética no texto literário. In: FIGUEIREDO, Eurídice; PORTO, Maria B. Veloso (orgs). Figurações da alteridade. Niterói: EDUFF, 2007. p. 13-21.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

PORTO, Ana Paula Teixeira; CALEGARI, Lizandro Carlos; PORTO, Luana Teixeira (orgs). **Literatura e outras linguagens**. Frederico Westphalen: URI, 2014.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 36-51, 2019.

RIBOLI, Cesar. **Desafios do Direito à Saúde**. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2021.

SABINO, Fernando: **as melhores crônicas de Fernando Sabino**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

SALUTTO, Nazareth. Literatura, ética e alteridade. Seis proposições para a formação do leitor. **FronteiraZ** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, n. 22, 2019, p. 114-130.

SANTOS, Carolina Correia dos. **Capão Pecado e a construção do sujeito marginal**. São Paulo, 2008. 199 f. Dissertação de Mestrado em Letras - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo.

SARAVA, Juracy Ignez Assmann. A formação do sujeito e a literatura. **Nonada: Letras em Revista**. Porto Alegre, v. 1, n. 12, maio/set. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHMIDT, Thiago Marques. **A presença de personagens marginais nos contos de Arnaldo Campos**. Rio Grande, 2013. 148 f. Dissertação de Mestrado em Letras - Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Rio Grande. Disponível em:
<<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8010/Thiago%20Schmidt.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 fev. 2022.

SCHÖLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Ana Carolina da. **Gênero em Quarto de despejo: a literatura marginal como instrumento didático**. Mariana, 2019. 146 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11847/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_G%c3%aaneroQuartoDespejo.pdf> Acesso em: 15 fev. 2022.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Educação patrimonial e polícias de escolarização no Brasil. Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, abr./jun. 2016.

TAVARES, Elaine Lopes de Oliveira. **Leitura literária na escola: o conto como provocação**. Goiânia, 2017. 141 f. Dissertação de Mestrado em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal de Goiás. Disponível em:
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8010/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Elaine%20Lopes%20de%20Oliveira%20Tavares%20-%202017.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2022.

TERRA, Ernani. O conto na sala de aula. **Revista Metalinguagens**. São Paulo, v.5, n.2, p. 33-45, jul. 2019.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

TREML, Sônia. **A personagem negra e a identidade cultural e literária em contos brasileiros e angolanos**. São Paulo, 2010. 202 f. Dissertação de Mestrado em Literatura - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14649>> Acesso em: 16 fev. 2022.

VASCONCELOS, Thaisa Cristofoleti de. **Literatura e políticas literárias: uma leitura crítica do Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**. 2019. 145 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1915.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2000, p. 23-44.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino de literatura no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2012.

ZILBERMAN, Regina. A literatura brasileira contemporânea: a busca da expressão nacional. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 2, 1994. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6125/3629>> Acesso em: 03 jun. 2022.

ZILBERMAN, Regina. **O papel da literatura na escola**. Via Atlântica. São Paulo, v. 1, n. 14, 2008.